



INVENTÁRIO DE
PROTEÇÃO DO
ACERVO
CULTURAL DA
BAHIA

VOL. VI MONUMENTOS E SÍTIOS DAS MESORREGIÕES NORDESTE,
VALE SANFRANCISCANO E EXTREMO OESTE BAIANOS
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA • SECRETARIA DA CULTURA E TURISMO • IPAC • SALVADOR, 1999

INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL DA BAHIA

EXECUTADO POR:

Arq. PAULO ORMINDO D. DE AZEVEDO – Coordenação e Redação

Arq. MARIA DAS GRAÇAS NUNES SANTOS

Arq. FRANCISCO SOARES SENNA

Colaboraram, ainda, no levantamento das Microrregiões de Entre Rios e Serrinha, os arquitetos: Manoel Humberto S. Santos, Odete Dourado Silva, Vivian Lene C. Lima e Costa e Rubênio Souza Simas.

EQUIPE DE APOIO:

DOCUMENTAÇÃO DE CAMPO E FOTOGRAFIA:

Vera Lúcia Chaves Barbosa e Arq. Francisco Soares Senna

CADASTRAMENTO DO SÍTIO HISTÓRICO:

Arq. Maria das Graças Nunes Santos e Vera Lúcia Chaves Barbosa

PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Mônica Di Tullio, Márcia Jurema Magalhães, Ângela de Azevedo R. Leite.

DESENHO

Ariosvaldo Cardoso da Silva, Jônatas Clímaco do Nascimento, Otaviano de Jesus dos Santos, Paulo Nery de Souza (estagiário)

DATILOGRAFIA

Lícia Maria Magalhães Rebouças

REVISÃO E ORGANIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

Arq. Maria das Graças Nunes Santos, Arq. Vivian Lene C. Lima e Costa, Vera Lúcia Chaves Barbosa e André Luís da Silva Cipolla (estagiário)

REVISÃO VERNÁCULA E NORMALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

Vera Dantas de Souza Motta e Ângela Rebouças Cunha

VOL. VI MONUMENTOS E SÍTIOS DAS MESORREGIÕES NORDESTE,
VALE SANFRANCISCANO E EXTREMO OESTE BAIANOS
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA • SECRETARIA DA CULTURA E TURISMO • IPAC • SALVADOR, 1999

INTRODUÇÃO

PAULO ORMINDO DE AZEVEDO

Pode parecer estranho que sejam reunidas num mesmo volume regiões fisiográficas tão díspares como o Litoral Norte, o Nordeste Baiano, o Vale Sanfranciscano e o Extremo Oeste Baiano. A explicação é simples. Foi nesse imenso arco, que contorna a Chapada Diamantina e a Serra Geral para chegar às cabeceiras do São Francisco e seus afluentes, que se expandiu, durante os dois primeiros séculos, o rebanho bovino, responsável, em última instância, pela colonização, não só do Nordeste, como do Planalto Central.

Nesse processo colonizador desempenharam papel importante, não apenas os criadores de gado, como o trabalho de jesuítas, franciscanos e capuchinhos de aldeamento das populações indígenas ao longo das estradas que ligavam Salvador às barrancas do São Francisco, bem como garimpeiros e barqueiros que se deslocavam, incessantemente, ao longo do grande rio, na ilusão de enriquecimento fácil. O início da exploração de ouro em Minas Gerais, no começo do século XVIII, e na Chapada Diamantina, a partir do segundo quartel do mesmo século, ampliaria de forma notável a área de influência de Salvador, que passaria a fazer o suprimento de alimentos, escravos e manufaturados para aquelas minas, usando como via privilegiada o Rio São Francisco.

Surgem, então, pequenos núcleos de povoação ao longo desse arco. No último terço do século passado, a estrada de ferro Bahia - São Francisco, seguindo as pegadas das boiadas e articulada à navegação a vapor entre Juazeiro e Pirapora, consolidaria a rede urbana regional deixando como herança um grande acervo arquitetônico popular.

A área levantada neste volume, 300.627 km², é a maior até agora estudada em um só volume desta série, e inclui as mesorregiões Nordeste Baiano, Vale Sanfranciscano e Extremo Oeste Baiano, além de parte da Centro Norte Baiano, que devido às mudanças de delimitação das mesorregiões pelo IBGE não fora incluída no volume IV, referente à Serra Geral e à Chapada Diamantina. Vejamos, seus componentes geo-

morfológicos, seguindo a marcha dos colonizadores.

O Nordeste Baiano inclui o Litoral Norte, com suas planícies, tabuleiros e planaltos costeiros. Mais para o interior fica o maciço cristalino, que corresponde ao que usualmente chamamos sertão, esculpido em vertentes, piemontes, patamares e esplanadas, chegando a atingir a cota 500 sobre o nível do mar. A região é cortada por rios em grande parte intermitentes, que deságuam diretamente no Atlântico, como o Vasa Barris, o Real, o Itapicuru, o Inhambupe e outros menores pertencentes à Bacia do Recôncavo Norte.

A parte da mesorregião Centro Norte incluída neste volume é um prolongamento natural da mesorregião Nordeste Baiano. Excluída a microrregião Litoral Norte, que apresenta clima superúmido com subseca e recobrimento vegetal do tipo floresta perenifólia hidrófila, o restante da mesorregião Nordeste Baiano possui clima semi-árido com cobertura do tipo caatinga e uma estreita faixa de floresta caducifólia não espinhosa.

O Vale Sanfranciscano Baiano desenvolve-se entre os altos relevos da Chapada Diamantina, ao Leste, e os Chapadões Ocidentais, ao Poente, com cotas altimétricas que variam entre 350 e 700 metros sobre o mar. O Rio São Francisco é navegável em quase toda a extensão que cruza o território baiano. O clima da mesorregião varia de árido a subúmido. Recobrem o vale a vegetação de caatinga e a floresta estacional decidual.

O Extremo Oeste Baiano é formado por chapadões sedimentares, com cotas altimétricas entre 450 e 900 metros, sulcado por grandes afluentes da margem esquerda do São Francisco, como o Corrente e o Grande, ambos navegáveis. Seu clima é muito variável, compreendendo desde áreas subúmidas a secas. Sua vegetação é do tipo cerrado arbóreo aberto. Praticamente toda a região estudada está incluída no Polígono das Secas. É neste cenário que se desenvolve a saga dos homens que colonizaram o sertão baiano.

BANDEIRAS, CURRAIS E MISSÕES

O Baixo São Francisco havia sido explorado por navegadores portugueses em 1522. Mas o reconhecimento de seu curso médio e desbravamento do sertão baiano só se realizariam a partir da reintegração da Capitania da Bahia à Coroa e instalação do Governo Geral, em 1549. Já em meados do século XVI, expedições saídas do litoral, em especial de Porto Seguro e Salvador, penetraram o território baiano em direção ao Oeste, em busca de metais preciosos e apresamento de índios, atingindo o São Francisco por acaso. Saindo de Porto Seguro, em 1553, Bruza Espinoza, acompanhado do jesuíta Aspícueta Navarro, subiu o Jequitinhonha e chegaram às cabeceiras dos rios Pardo e das Velhas, alcançando, mais adiante, o São Francisco.

Partindo de Salvador, Vasco Rodrigues de Caldas subiu o Paraguaçu e chegou à Chapada Diamantina, em 1561. João Coelho de Souza segue a mesma rota em busca de ouro, alcançando as Matas de Orobó (Rui Barbosa) e as cabeceiras do Rio Utinga. Cruza, a seguir, o território de Morro do Chapéu e chega a Jacobina, onde encontra vestígios de metais preciosos. Antes de morrer, organiza um roteiro que faz chegar a seu irmão, Gabriel Soares de Souza, o grande cronista do primeiro século.

Para desbravar as nascentes do Rio São Francisco, o Governador D. Luiz de Brito e Almeida contrata, em 1587, o bandeirante Sebastião Álvarez. Este, após anos vagando pelo rio, morre em mãos dos tupinambás. Gabriel Soares de Souza, de posse do roteiro do irmão, vai a Madrid e consegue, em 1591, de Felipe II, rei da Espanha e Portugal, o título do Capitão Mor e Governador da Conquista e Descobrimento do Rio São Francisco. Partindo de suas terras em Jaguaripe sobe o Paraguaçu passando, em seguida, para o vale do Itapicuru até atingir Jacobina, onde comprova a presença de vestígios de ouro. Dali desce o rio Salitre em direção ao São Francisco e parte em busca das nascentes do mesmo, morrendo em meio à missão¹. Pouco depois, em 1595, Belchior Dias Moreyra inicia viagem de oito anos pela bacia sanfranciscana.

Concluído o reconhecimento da região e não tendo sido encontrada nenhuma grande jazida de metal precioso, deflagra-se o processo de apropriação de imensas glebas de terra para implantação da pecuária extensiva. Este processo se fez à custa de uma verdadeira razia das tribos indígenas, em sua

maioria cariri, instaladas ao longo do grande rio e seus afluentes. Como prêmio a esta ação a Coroa Portuguesa concede imensas sesmarias a seus autores, quando não armavam entradas para realizarem a chacina.

Valendo-se da amizade com Tomé de Souza, Garcia d'Ávila, fundador da Casa da Torre, tratou de obter crescentes sesmarias para expansão de seus currais. Saindo de Itapagipe e passando em seguida por Itapoan estabeleceu-se em Tatuapara, em 1560, região de Mata de São João, dali penetrando nos vales do Itapicuru e do Rio Real.

Durante o século seguinte, os Ávilas promoveram três expedições armadas à atual mesorregião Nordeste movendo guerra contra os índios e obtendo, em recompensa, grandes sesmarias, onde expandiriam seus rebanhos.

A primeira dessas expedições, comandada por Francisco Dias d'Ávila, neto e sucessor de Garcia d'Ávila, encontrou, em 1624, salitre em Jacobina. Por esses serviços recebeu grandes glebas às margens do São Francisco. Seu filho, Garcia d'Ávila II, bisneto do fundador da casa, em uma segunda expedição, explorou os rios Salitre e São Francisco, dando combate aos amoipira, do grupo tupy, ampliando ainda mais suas terras.

Essas ações podem ser consideradas brandas, se comparadas com as empreendidas por Francisco Dias d'Ávila, segundo deste nome, que conquistou todo o território acima de Jacobina, o chamado Sertão de Rodelas. Por este feito, Francisco Dias d'Ávila II recebeu, em 1659, cinquenta léguas de sesmarias ao longo do Rio São Francisco. Em 1669, ele arrasa três missões jesuíticas na região de Ribeira do Pombal e Euclides da Cunha, aprisionando e escravizando seus índios.

Só após a expulsão dos holandeses, os d'Ávilas cruzariam o Rio São Francisco e estenderiam seus rebanhos até o interior do Piauí. Dali cruzam o Rio Parnaíba e ocupam o Maranhão, já no início do século XVIII, enquanto em outra frente voltam-se para Leste, conquistando o Ceará.

Em 1675, após um levante de indígenas na região do Rio Salitre, quando foram assassinados muitos feitores e vaqueiros e dizimada grande parte do rebanho, o governador Afonso Furtado de Mendonça encarrega Francisco Dias

d'Ávila II de organizar uma expedição punitiva contra os 800 índios rebelados. A Campanha do Salitre foi um dos episódios mais sangrentos da nossa história. Mesmo cruzando o São Francisco em direção a Pernambuco e Piauí, os índios foram sitiados, sendo os homens executados e as mulheres e crianças escravizadas.

Com o mesmo ímpeto, Francisco Dias d'Ávila II domina os paiaíá, move a terrível Guerra dos Bárbaros contra os cariri, cruza o Rio Parnaíba e conquista o Maranhão, onde se alia ao bandeirante Domingos Afonso Sertão, ou Mafrense. Em 1685, Francisco destrói missões dos capuchinhos franceses em ilhas e barrancas do São Francisco. Por estes serviços, recebe em recompensa imensas sesmarias na margem esquerda do grande rio. Ainda no século XVII, Antonio Guedes de Brito, fundador da Casa da Ponte, com o pomposo título e Mestre de Campo e Regente do São Francisco, foi encarregado pela Coroa de "pacificar" a região, eliminando focos de resistência indígena, quilombos e grupos de banditismo. Recebe, em recompensa, praticamente toda a margem direita do São Francisco.

No fim desse mesmo século, bandeirantes paulistas são contratados pela Coroa para conquistarem mais terras e guerrearem os cariri e jê. Entre outros, assinalem-se Estêvão Ribeiro Baião Parente, que combateu os maracá e ocupou as matas do Orobó e a Serra do Sincorá. Seu filho, João Amaro Maciel Parente, que guerreou os sururu, ico e arió (cariri), recebeu em recompensa sesmarias em Itaberaba e na Serra Geral do Cristal. A ele se deve, também, a abertura da estrada que de Salvador se dirigia a Cachoeira e dali se bifurcava em direção a dois pontos diferentes do São Francisco.

Em 1696, Pedro Barbosa Leal parte de Salvador e explora os montes Piquaraçá, mais tarde batizado de Monte Santo, e a Serra de Jacobina, onde encontrou veios de ouro, deflagrando o ciclo aurífero baiano. Prossegue até Juazeiro, que já havia sido visitada em 1596, por Belchior Moreyra². Este último é responsável pela abertura de várias estradas no interior da Bahia e da fundação das vilas de Jacobina e Rio de Contas.

A mesorregião Nordeste do Estado foi também palco de sangrenta repressão aos primeiros anseios de liberdade dos negros. Uma das atribuições de Guedes de Brito, como Mestre de Campo e Regente do São Francisco, era

reprimir quilombos existentes na região. Em 1671, o cabo de guerra Fernão Carrilho a seu mando marchou sobre os mocambos de Geremoabo e do Rio Real, abriu estradas, integrando-as à região de Jacobina e do São Francisco, exterminando os focos de resistência negra³.

A proibição de criação de gado a menos de 10 léguas do litoral, formalizada em 1701, para não liquidar com as matas e prejudicar a agroindústria açucareira, estimularia a conquista do sertão. Por outro lado, a crescente necessidade de bois para a movimentação dos engenhos, transporte e abastecimento alimentar incrementava o tamanho dos currais. A eliminação quase completa dos cariri, nos primeiros decênios do Setecentos, liberou uma grande área para a instalação de fazendas de gado⁴.

Enquanto no sul da colônia as sesmarias concedidas pela Coroa não ultrapassavam três léguas de extensão, no Nordeste, e em especial na Bahia, chegavam a 20 e até 50 léguas. Este fato acabou dificultando o povoamento do território baiano. Não é sem razão que os dois maiores latifúndios de que se tem notícia no país estavam localizados na Bahia.

"Sendo o sertão da Bahia tão dilatado, como temos referido, quase todo pertence a duas principais famílias da mesma cidade, que são a da Torre e a do defunto Mestre de Campo Antonio Guedes de Brito. Por que a casa da Torre tem duzentas e sessenta léguas pelo rio São Francisco, acima à mão direita, indo para o sul, e indo do dito rio para o norte, chega a oitenta léguas. E os herdeiros do Mestre de Campo Guedes possuem desde o Morro dos Chapéus até a nasença do Rio das Velhas, cento e sessenta léguas", descreve Antonil, no início do século XVIII⁵.

Esses não eram os únicos latifundiários da região, senão os maiores. Receberam também grandes sesmarias no São Francisco, no século XVII, Bernardo Vieira Ravasco, irmão do Pe. Antonio Vieira; Pe. Antonio Pereira, ligado por relações de amizade e parentesco aos Ávilas; João da Costa e sogro; o Mestre de Campo Nicolau Aranha Pacheco; o Cap. Francisco de Brás e Damião da Rocha Baltazar de Farias, entre outros⁶. Ainda em 1830, a família Dantas obteve grandes extensões de terra na região de Itapicuru.

A luta pela apropriação de mão-de-obra indígena provocaria permanente atrito entre os curraleiros e os missionários, no sertão baiano. Os jesuítas, trazidos por Tomé de Souza, foram os primeiros a iniciar as atividades de catequese na Bahia. Após alguns insucessos, sua campanha ganhou rápido avanço no litoral, durante o governo de Mem de Sá (1557-1572), depois que este deflagrou uma série de guerras contra os índios, aprisionando e aldeando muitos e dispersando os demais.

Os donos de terra queriam a pura e simples escravidão dos silvícolas. Os missionários defendiam sua dominação pela aculturação e relações de produção mais avançadas. As aldeias e missões reuniam índios de várias tabas, onde eram catequizados e aprendiam técnicas agrícolas. A primeira missão jesuítica foi fundada em 1557. Mas em 1562 já eram onze, no litoral, alcançando o número de catorze, com cerca de 40.000 índios aldeados, em pouco tempo.

Os conflitos decorrentes da aculturação, as doenças transmitidas pelos brancos e negros, as fugas e a hostilidade movida pelos colonos fizeram com que essas aldeias se reduzissem, em 1585, a três, onde viviam apenas 3.500 índios⁷. Nessa fase foram implantadas pelo menos quatro missões no Litoral Norte: Divino Espírito Santo, atual Vila de Abrantes; São João, atual Mata de São João; Sto. Antonio do Argüim, ou Massarandupió, que em 1831 passou aos franciscanos; e Itapicuru de Baixo, atual Conde. Dessas, apenas as duas últimas incluem-se na região ora em estudo. Conde estava localizada em terras doadas, em 1612, pelos Ávilas aos jesuítas. Mais adiante, às margens do Rio Real, consolidou-se a povoação de Abadia, surgida na sesmaria doada, em 1573, ao Governador Geral D. Luís de Brito e Almeida, e que se firmaria, com os anos, como uma concorrida feira de gado.

Os jesuítas só penetrariam no sertão após a expulsão dos holandeses, ao perceberem a importância econômica dos currais e sua complementaridade com os engenhos, estendendo sua influência sobre enorme área do interior do Nordeste. Este processo se inicia em 1666, com a entrada do Pe. Jacobo Rolando e, do então seminarista, João de Barros no sertão de Jacobina.

Os discípulos de Ignácio de Loyola criaram missões ao longo do caminho que demandava o Baixo Médio São Francisco cruzando-o em direção a Pernambuco. Em 1669, já existiam quatro missões ao longo desse caminho:

Sta. Tereza de Canabrava (Ribeira do Pombal); aldeia dos boimé, no Itapicuru; aldeia dos caimbé, em Maçacará (Euclides da Cunha) e a dos monguru, em Geremoabo. O Pe. Rolando procurou imediatamente legalizar junto à Coroa as terras das aldeias, três das quais localizadas em sesmarias da Casa da Torre. Foi o bastante para que Francisco Dias d'Ávila II mandasse, naquele mesmo ano, derrubar todas as missões que se encontravam em suas terras. Sobreviveu apenas a de Canabrava, que se transformaria na atual cidade de Ribeira do Pombal. Em 1685, ele faria o mesmo com as missões dos capuchinhos franceses, em ilhas do São Francisco: Aracapé e Pambu

Mas os jesuítas acionaram o Vaticano e, sob ameaça de excomunhão, Francisco Dias d'Ávila II se retratou e se comprometeu a reedificar as igrejas. Os jesuítas voltariam à região de Canabrava em 1673 e ali permaneceriam até às vésperas da expulsão da Ordem do país, em 1759. Nessa mesma época são fundadas mais duas missões entre os cariri, pelo já então Pe. João de Barros. À missão de Sta. Tereza de Canabrava somaram-se as de N. Sra. da Conceição de Natuba, atual cidade de Nova Soure, e a de Saco dos Morcegos, em Mirandela, atual município de Banzaê⁸. Nesses três locais se preservaram, pelo menos em parte, as igrejas primitivas. Após fundar as missões dos cariri, o Pe. João de Barros estreita relações com os índios das ribeiras do São Francisco, em especial os rodela e os oacorá, preparando o caminho para a fundação de novas missões.

Não foram apenas jesuíticas as missões que se fixaram no Sertão. Os capuchinhos franceses, como já dissemos, também fundaram missões, preferindo instalar-se às margens e nas ilhas do Baixo-Médio e Baixo São Francisco. Sua ação teve como centro de irradiação a missão dos rodela, fundada em 1671 por Frei Francisco de Domfront, e a de Aracapé, fundada em 1682 pelo frei Martinho de Nantes, em ilha de igual nome. A ação irradiou-se para ilhas vizinhas, como a do Cavalo, atual São Félix, e Pambu, atual Assunção e terra firme. No Baixo São Francisco, entre Sergipe e Alagoas, ficavam as missões de S. Pedro, em Porta da Folha ou Traipu, e de Poxim ou Pacatuba situadas, respectivamente, a 128 e 18 km da foz do rio.

Francisco Dias d'Ávila II começou a hostilizar também as missões dos capuchinhos, ao tempo em que outras forças viam na ação dos franceses um trabalho de indisposição dos indígenas contra a colonização portuguesa. Esta

tensão foi temporariamente aliviada pelo apoio aos capuchinhos do Governador Roque Barreto (1678-82), da própria Coroa Portuguesa e dos jesuítas. Mas em 1687 prevaleceu na Corte, devido à conjuntura internacional, o sentimento anti-francês, inviabilizando a continuação do trabalho dos capuchinhos franceses em todo o além-mar português. O jesuíta João de Barros assume, então, o comando daquelas aldeias, com base na missão dos rodela⁹.

Em 1696, os jesuítas passaram a delimitar, com autorização do Governador, as terras das aldeias do rio São Francisco: Rodelas, Aracapá e ilha de Zorobabé. Mas em 26 de junho do mesmo ano os missionários são expulsos violentamente das aldeias por Garcia d'Ávila Pereira, pressionado por Leonor Pereira Marinho e Catarina de Fagaça, respectivamente viúva e mãe de Francisco Dias d'Ávila II, pondo um ponto final à sua presença naquela região e reacendendo o conflito entre jesuítas e sesmeiros, que atingiria seu ápice em São Paulo e na Amazônia, no mesmo século. Embora a Coroa mandasse restituir-lhes as missões e castigar os agressores, preferiram os jesuítas passar as aldeias aos franciscanos, que se relacionavam melhor com os Ávilas. Esses a transferem, depois, aos capuchinhos italianos.

Há notícias, na segunda metade do XVIII, de várias aldeias de índios em ilhas do São Francisco. Uma das mais importantes chegou à condição de freguesia, com invocação de N. Sra. da Conceição de Rodelas, na ilha de Assunção. Com a grande cheia de 1792, que arrasou a ilha, foi a matriz abandonada e reconstruída, em 1834, em terra firme, na cidade de Cabrobró, em Pernambuco, por D. Brígida Maria das Virgens, proprietária de muitas terras na região¹⁰. Trata-se de uma igreja com três naves, com arcarias internas e sem tribunas, inspirada, provavelmente, na primitiva.

Temos conhecimento de outras aldeias insulares, como as de N. Sra. da Piedade, na Ilha de Inhanhum (Inhunhu), aceita pelos franciscanos em 1705 e extinta em 1761; N. Sra. do Pilar, na ilha do Pontal; e N. Sra. do Ó, na ilha de Zorobabé, em frente à atual cidade de Itacuruba, Pe, aceita pelos franciscanos em 1702 e extinta, como missão, em 1761¹¹.

Das missões dos capuchinhos franceses conseguimos documentar, em território baiano, apenas a igreja da missão de Pambu, transladada da ilha de Assunção para terra firme, no município de Abaré, provavelmente devido ao

seu arruinamento pela cheia de 1792¹². Infelizmente, não pudemos visitar as ilhas fluviais do São Francisco, a maioria pertencente a Pernambuco, pela dificuldade de acesso e por extrapolar a nossa jurisdição.

Temos conhecimento, contudo, da sobrevivência da capela de N. Sra. dos Remédios, na ilha de Pontal, no município de Santa Maria da Boa Vista, fundada pelos franciscanos em 1705 e extinta como missão em 1761¹³. Conserva-se, também, a capela de S. Miguel, na ilha homônima no município de Orocó, e a igreja de S. Félix, na antiga ilha do Cavallo, atual S. Félix, no mesmo município¹⁴. Trata-se de uma construção interessantíssima, com nave única, e torre no fundo, como as igrejas de Nova Soure e Alagoinhas Velha.

Essa missão, dedicada à Virgem Mãe de Deus, fora fundada por Frei Martinho de Nantes. Quando este se transferiu para Salvador, em 1682, passou seu comando ao Frei Bernardo de Nantes. Em 1691, a ilha foi devastada por uma enchente excepcional e, em 1702, a missão foi confiada aos capuchinhos italianos, que trocaram sua invocação para S. Félix de Cantalice¹⁵. É provavelmente desta época a atual igreja.

Sobre as missões do Baixo São Francisco, que ficam entre Alagoas e Sergipe, temos notícia de que se conservam a igreja de São Pedro, ruínas do conventinho e muro do antigo cemitério anexo, em Porto da Folha¹⁶. Nada sabemos, porém, sobre sua tipologia, salvo que se trata de uma igreja bastante ampla.

O último conflito entre os jesuítas e a Casa da Torre, em 1696, serviu para alertar as autoridades portuguesas sobre a condição dos índios que viviam dentro dos grandes latifúndios. Em 23 de novembro de 1700, El Rei publica um alvará ordenando aos sesmeiros concederem a cada aldeia “uma légua da terra em quadra”, ou seja, uma légua (6.600 m) a contar da igreja em direção a cada um dos oito rumos da rosa dos ventos, num total de 12.230 hectares. A aplicação dessa lei não chegou a se fazer, devido a pressão dos sesmeiros e à omissão das autoridades. Contudo se reconhecia pela primeira vez, ainda que só no papel, o direito dos índios.

Os franciscanos custaram a instalar missões na Bahia, em virtude de a Cúria Diocesana de Salvador não reconhecer, de imediato, a autorização dada

nesse sentido pela Corte e pelo Papa Xisto V a Frei Melchior de Santa Catarina. As primeiras missões franciscanas são de 1689 e foram herdadas dos jesuítas: Itapicuru de Cima e Maçacará. Seguem-se as fundações de Saí (1697), em Senhor do Bonfim; Curral dos Bois, em Glória; Bom Jesus de Jacobina e Juazeiro, as duas últimas de 1706¹⁷. Como se pode notar, os franciscanos seguiram o vale do Itapicuru. De suas nascentes avançaram até Juazeiro, no limite inferior de navegação do Médio São Francisco.

Destas missões restaram vestígios em Maçacará (Euclides da Cunha) e uma bela capela em Jacobina. Saí (1697), ou Jacobina Velha, situada a 10 km da cidade de Senhor do Bonfim e sua primeira sede, teve sua igreja destruída durante uma tempestade, há cerca de meio século. Ficava na esquina de um dos lados maiores da praça, no fundo da capela atual. Era uma igreja em T com nave, sacristia e ossuário. No seu fundo existiu um conventinho, desaparecido há mais tempo. Dessa missão resta apenas um correr de casas primitivas¹⁸.

Curral dos Bois, que deu origem a Glória, foi submersa quando da construção da Represa de Apolônio Sales, em 1971. A igreja de N. Sra. das Grotas de Juazeiro (1710), com sua fachada voltada para o rio, ruiu por completo em meados do século passado. Ficava rente à atual matriz, que foi iniciada em 1854¹⁹.

A partir do século XVIII, não obstante a diminuição da pressão dos curraleiros, as missões indígenas entraram em decadência, devido às novas condições sócio-econômicas. A descoberta de ouro por bandeirantes paulistas em Minas Gerais (1690), Bahia (1710), Mato Grosso (1718) e Goiás (1725) deflagrou um fluxo e refluxo permanente de garimpeiros, escravos, boiadeiros, comerciantes, contrabandistas e aventureiros, entre aqueles garimpos e a região Nordeste, que os abastecia de carne, farinha e outros produtos. Essas migrações tinham como via natural o Rio São Francisco. O índio, por outro lado, sempre avesso à vida sedentária, também se empolgaria com essa movimentação. Além do mais, eles eram a única opção de força de trabalho para os curraleiros e os boiadeiros já que o escravo sobre um cavalo era um perigo. As aldeias situadas à margem dos caminhos que levam ao São Francisco vão, pouco a pouco, ficando desertas, com a debandada dos índios.

O golpe de misericórdia nas aldeias viria com o conflito entre os jesuítas e Marquês Pombal, primeiro ministro de D. José I (1751-1774). Pombal estava preocupado em ocupar rapidamente o imenso território brasileiro, por razões de segurança, com núcleos urbanos constituídos pelo único contingente demográfico disponível – o índio. O superministro contestava, entre outras coisas, a morosidade do processo de aculturação dos jesuítas e o fato de os índios ficarem permanentemente tutelados pelos padres. Alvará de 7 de junho de 1755 determinou que o governo temporal dos índios fosse feito por seus caciques e não pelos padres, ou seja, que as aldeias fossem transformadas em vilas.

Embora essa lei fosse, originalmente, concebida para a Amazônia, em 1758 ela foi estendida a toda a Colônia. Assim, Santa Tereza de Canabrava transformou-se em Vila Nova de Pombal, em homenagem ao primeiro ministro, Natuba passou a ser Nova Soure e Saco dos Morcegos virou Mirandela. A assimilação pelo índio de formas de vida, cultura e instituições portuguesas, tal como idealizara Pombal, não se daria facilmente e os índios, já discriminados e perseguidos, tornaram-se mais vulneráveis à exploração dos brancos. Muitos foram escravizados, outros voltaram a sua condição de silvícolas e os restantes foram marginalizados na sociedade colonial, deixando as antigas aldeias vazias e miseráveis.

CAMINHOS DE BOIADAS, AJOJOS E TRENS DE FERRO

Se as entradas e bandeiras abriram as primeiras trilhas em direção ao Nordeste Baiano e ao Vale Sanfranciscano, foram, no entanto, os boiadeiros e os religiosos que consolidaram as estradas com suas estâncias, pousos, feiras e missões. A partir da segunda metade do século passado, algumas dessas estradas foram transformadas em ferrovias e outras, já neste século, em rodovias, que ligariam Salvador ao Nordeste e ao Centro-Oeste, sempre cruzando o São Francisco.

Um primeiro caminho ligava Salvador a Olinda pela costa, como alternativa à navegação marítima, em um trecho de costa carente de ventos²⁰. Ao longo deste caminho instalaram-se, como já vimos, algumas missões jesuíticas e povoados, ainda na segunda metade do século XVI, como Divino Espírito Santo, atual Vila de Abrantes (Camaçari); São João, a meia distância entre o Recôncavo e o Litoral; Santo Amaro do Argüim, ou Massarandupió (Mata de

São João); Itapicuru de Baixo, atual Conde, e Abadia, que se transformaria em famosa feira de gado. Em 1586, Fernão Cardim, que acompanhava o visitador da Companhia de Jesus, descreve sua viagem por esta rota²¹. O que restou deste caminho foi, em 1993 superposto pela BA-099, Linha Verde.

Pouco a pouco, à medida que se expulsavam os índios e a pecuária se expandia, estes caminhos foram se interiorizando. Uma segunda estrada, aberta após o término da ocupação holandesa do Nordeste, saía de Alagoinhas e seguia por Inhambupe, Natuba (Nova Soure), Canabrava (Ribeira do Pombo), Bom Conselho (Cícero Dantas), Geremoabo, Santa Brígida e Curral dos Bois (Glória), onde cruzava o São Francisco para alcançar Pernambuco. Naquele ponto podia-se subir o rio de canoa e chegar às missões dos rodela, localizadas em ilhas que foram ocupadas até à altura da atual cidade de Orocó, em Pernambuco. Esta foi, na segunda metade do século XVII, a rota de expansão das missões dos jesuítas e capuchinhos franciscanos que se alternaram na administração das mesmas, para fugir à perseguição dos curraleiros. A condição insular facilitava, a um só tempo, o controle dos indígenas e a resistência às investidas dos curraleiros.

Frei Martinho de Nantes, capuchinho francês, trilhou esta estrada em 1672, e Capistrano de Abreu não a omitiria em seu trabalho clássico sobre caminhos de povoamento. É curioso notar que aquelas missões se distribuíam a cada 12 ou 14 léguas, de modo a permitir o pouso das boiadas, depois de um dia de caminhada, à margem de algum rio ou riacho. Por ela descia o gado até a Feira de Capuame, atual Dias d'Ávila. Após 1614, Capuame passaria a ser conhecida como Feira Velha, quando começou a se firmar a Feira de Aramari, melhor localizada para a distribuição do gado no Recôncavo²². Esta rota serviria de leito, neste século, à BR-101, com pequenas variações.

Com a ocupação holandesa do Nordeste e a expansão dos currais em direção às nascentes do São Francisco, novas estradas, mais interioranas, foram abertas. Cachoeira, no limite superior de navegação do Paraguaçu, e Juazeiro, no limite inferior do Médio Baixo São Francisco, eram os pontos inicial e final dessas novas rotas. Subindo a estrada de Capoeiruçu chegava-se a Santana dos Olhos D'Água, atual Feira de Santana, onde a estrada se bifurcava. Um dos caminhos seguia por Santana de Camisão (Ipirá), Mundo Novo e Jacobina, bifurcando-se aí novamente. Um ramal seguia para Remanso e inte-

rior do Piauí, enquanto outro se dirigia para Juazeiro e interior de Pernambuco.

Uma outra variante partia de Feira de Santana seguia por Água Fria (Irará), Conceição do Coité, Queimadas, Vila Nova da Rainha (Senhor do Bonfim) e Juazeiro, onde ultrapassava o rio e se embrenhava pelos sertões de Pernambuco e Ceará. Foi esta estrada que serviria depois, com pequenas retificações, de leito à Ferrovia Bahia-São Francisco (1876/96). As duas estradas de boiadas se articulavam mediante a ligação Jacobina/Senhor do Bonfim. Esta estrada seria também superposta, já neste século, pelo ramal ferroviário que ligaria Senhor do Bonfim a Iaçú, passando por Jacobina e Mundo Novo.

Jacobina logo se transformaria em ponto de convergência e comercialização de boiadas que desciam do Piauí. Ali chegavam a passar até seis meses à espera do inverno, quando a caatinga florescia, amenizando a caminhada dos animais e vaqueiros. Mas, no início do século XVIII, com a descoberta de ouro nas Minas Gerais, as boiadas tomaram outro rumo, tirando de Jacobina essa função tradicional.

É nesse período que o ramal que seguia por Água Fria (Irará) e chegava a Juazeiro ganharia importância. A razão desta preferência era o fato de ser uma estrada mais direta e prosseguir por áreas mais densas do Nordeste, servindo não apenas ao gado, mas ao tráfico de outras mercadorias. Sobre ela, observou Capistrano de Abreu, ser uma via mais de vazão do que de penetração. Por ali descia o gado do Nordeste até Feira de Santana, de onde era distribuído pelo Recôncavo, para tração nos engenhos e para alimentação, por ali subia os manufaturados importados pelo porto de Salvador.

Uma das primeiras vias de acesso ao São Francisco a ser trilhada por entradas e bandeiras só seria povoada a partir do século XVIII, com a descoberta de ouro em Rio de Contas. É bem verdade que desde os últimos anos do Seiscentos ela passou a ser rota da peregrinação a Bom Jesus da Lapa. No início do Setecentos, Antonil a descreve partindo de Cachoeira, seguindo pelo vale do Paraguaçu, passando por João Amaro e Tranqueira, para ali se bifurcar²³. Os que tomavam à mão direita, passavam pelo arraial de Matias Cardoso e dali atingiam o São Francisco, subindo-o até a barra do Rio das Velhas, para chegarem às minas gerais. Mais uma vez, um velho caminho de tropa serviria de leito a uma ferrovia, a Brazilian Imperial Central Railway

Company Limited, que partindo de Cachoeira chegou, no final do século passado, a João Amaro, nas Lavras Diamantinas.

Como se vê, os caminhos de barro continuavam-se pelos de água. Uma vez alcançando o Médio São Francisco, os viajantes deparavam-se com uma via navegável de 1.370km, que se estendia de Sta. Maria da Boa Vista, em Pernambuco, até Pirapora, em Minas Gerais, cruzando de Norte a Sul o Estado da Bahia. Navegáveis eram também seus afluentes, em especial o Grande, o Corrente e o Rio das Velhas, onde, no início do século XVIII, se descobriram pródigas minas de ouro. O Baixo São Francisco já havia sido explorado por navegadores portugueses, em 1522, partindo do oceano, mas atingir seu curso médio era impossível, devido às cachoeiras.

No princípio navegavam pelo São Francisco apenas canoas, já utilizadas pelos cariri, acionadas por varas e/ou remos, solitárias ou amarradas entre si, formando ajoujos, para o transporte de cargas maiores. Depois surgiram barcas bem maiores. Muitas delas ganharam, no início deste século, impressionantes figuras de proa talhadas pelo escultor Guarany e seus discípulos. A navegação do Médio São Francisco, porém, não podia desenvolver-se sem uma articulação com um porto externo.

Por volta de 1848, a Junta da Lavoura da Bahia solicitava ao Imperador algumas facilidades para a formação de uma companhia destinada à construção e exploração de uma estrada de ferro articulada à navegação a vapor no São Francisco. Pretendia uma concessão por 40 anos e isenções por período mais curto. A ferrovia Salvador-Juazeiro chegou a ter anteprojeto firmado pelo Eng. André Przenwodowski, o mesmo que firmara um projeto para o porto de Salvador e construiu sua Alfândega Nova. O projeto da Junta não progrediu, mas o Imperador incumbiu os Engs. Guilherme Fernando Haldeld e Emanuel Liais de sondarem o rio visando o estabelecimento de sistema regular de navegação, que também não chegou a ser implantado²⁴.

Coube ao governo da Província de Minas Gerais o pioneirismo da construção, na cidade de Sabará, do primeiro barco a vapor da bacia do São Francisco, batizado de Saldanha Marinho, em torno de 1852. Em 1871, o Saldanha Marinho desceu o Rio das Velhas e passou a navegar no São Francisco. Partindo de Pirapora, o vapor descia até a cidade de Sta. Maria da Boa Vista

(Pe), retornando à Barra e penetrando pelo Rio Grande até Barreiras. Dali voltava ao São Francisco, rumando ao ponto de partida.

No ano anterior, havia sido montado em Juazeiro o Presidente Dantas que, contudo, só começou a navegar em 1873, operado pela Companhia Jequitinhonha, de propriedade das Províncias da Bahia e Minas, a mesma que explorava a ligação Belmonte-Salvador²⁵. Mas a linha do Presidente Dantas foi desativada em 1886, passando o vapor a servir à Comissão para o Melhoramento da Cachoeira de Sobradinho. Dois novos navios, adquiridos na Inglaterra, foram montados em Juazeiro, em 1907/08, restabelecendo a linha. O Saldanha Marinho, que foi operado durante muitos anos pela Empresa Viação Brasil, foi adquirido em 1965 pela Prefeitura de Juazeiro e instalado sobre o cais transformado em bar e restaurante.

Curiosamente, a navegação a vela só seria introduzida em 1944, pelo comerciante Manoel Vieira Rocha, ao montar duas velas simétricas na barcaça "Sergipana". Substituíra, assim, 13 remeiros por apenas três tripulantes e imprimia maior velocidade aos barcos. Sem perceber, Manoel Vieira Rocha alteraria a paisagem do rio com suas barcas asas de mariposa e a estrutura econômica da navegação ao decretar a falência das barcas acionadas por varas ou remos.

Contudo, a navegação a vela não era possível em toda a extensão do Rio São Francisco. Entre Bom Jesus da Lapa e Pirapora as condições de vento não permitiam velejar. O mesmo comerciante adapta, então, um motor de exploração a uma barca, provocando uma nova revolução. Eram os "gaiolas", pequenas embarcações para o transporte de cargas e passageiros, entre Pirapora e Juazeiro²⁶. Os gaiolas se popularizaram rapidamente, ocupando o espaço deixado pela falência da navegação a vapor. Mas a construção da Barragem de Sobradinho, entre 1973 e 1979, viria, por sua vez, decretar a morte de muitos "gaiolas", com a formação de um mar mediterrâneo com ondas que os pequenos barcos não conheciam, aumentando a crise da navegação do São Francisco.

Durante a Segunda Guerra Mundial com a falta de estradas e face ao torpedeamento de navios na costa brasileira, o São Francisco voltou a ser uma via de comunicação importante, ligando o Nordeste ao Centro-Sul do país. À exceção de períodos breves, como esse, a navegação no São Francisco ja-

mais foi rentável, levando as empresas que a operavam à falência. Somente com a criação da Companhia de Navegação do São Francisco – FRANAVE – pelo Governo Federal, em 1963, o transporte fluvial no grande rio se regularizou. A empresa, depois de desempenhar um importante papel na integração e desenvolvimento da região, foi sucateada e leiloadada em 1992, não encontrando comprador. Recentemente o Governo voltou a investir na empresa direcionando-a para o transporte de grãos.

Voltemos, porém, ao século passado. A Lei Provincial nº 450, de 1852, aquiesceu ao pedido da Junta da Lavoura e concedeu à mesma o direito de exploração, por 40 anos, de estrada de ferro a ser construída entre Salvador e Juazeiro. A ferrovia deveria passar pelas regiões produtoras de açúcar, como Santo Amaro e São Francisco do Conde, mas devido a pressões de políticos, como o Barão de Cotegipe e a família Souza Dantas, e as dificuldades para vencer o massapê, foi desviada para Alagoinhas²⁷.

Dois anos mais tarde, a concessão foi transferida para Joaquim Alves Branco Moniz Barreto, que obteve financiamento oficial a juros de 5% ao ano. Tudo não passava de um jogo entre o Governo Imperial e grandes grupos internacionais. Contemporaneamente, organiza-se em Londres a “Bahia and São Francisco Railway Company” para a construção da estrada, sendo a concessão transferida para a mesma pelo Dec. 1615, de 1855.

O primeiro trecho da ferrovia, de Salvador-Alagoinhas (123 km), foi inaugurada em 13 de fevereiro de 1863. Três anos depois, entrava em serviço um ramal que chegava até Esplanada (Timbó) e que seria, mais tarde, estendido até Aracaju. A ligação Alagoinhas-Juazeiro só seria iniciada em outubro de 1876.

A estrada atingiria Serrinha em 1880 e a Vila Nova da Rainha, atual Senhor do Bonfim, sete anos mais tarde. Nesta estação, as obras foram paralisadas durante dois anos. A ferrovia chegaria ao seu ponto final, Juazeiro, em 24 de fevereiro de 1896. A Estrada de Ferro do São Francisco, com 452 km, acompanhou com pequenas modificações um dos mais importantes caminhos de boiadas, dando novo alento à região Nordeste Baiano e incrementando a navegação a vapor no Médio São Francisco. Após ser operada durante três anos pelo Governo Imperial, foi consedida, por contrato de 26 de janeiro de 1889, ao Eng.º Miguel de Teive e Argolo.

O novo concessionário construiria um novo e imponente terminal em Juazeiro, diante do Velho Chico, sob projeto dele próprio, inaugurada em 15 de novembro de 1907. Era um dos mais importantes monumentos ecléticos da Bahia, com dois andares, amplos salões, escadaria de mármore italiano e espaçosas plataformas de embarque e desembarque. Seu frontispício, voltado para o rio, com um enorme relógio, era culminado por duas esculturas alusivas ao Progresso e ao Rio São Francisco. Nas torres esquinhas, alegorias à Lavoura e ao Comércio²⁸.

Não obstante a proteção dessas figuras mitológicas, o edifício foi arrasado, em 1953, para prolongamento da linha férrea em direção à recém-construída Ponte Presidente Dutra, que cruzaria o São Francisco. Repetia-se, assim, vinte anos depois, a destruição da tricentenária Catedral de Salvador para passagem dos bondes em direção ao terminal da Sé. Mais uma vez a auto-suficiência dos tecnocratas, mascarada de racionalidade e modernidade, atropelava um pedaço de história de nosso povo.

MESSIAS, CORONÉIS E JAGUNÇOS

As duras condições de sobrevivência no semi-árido baiano e o mandonismo dos senhores da terra propiciaram, ao longo de sua história, o surgimento de movimento aparentemente antagônicos, mas expressão do mesmo desejo de libertação, como o messianismo e o cangaço. Ainda no final do século VXII, o pintor e ourives português Francisco de Mendonça Mar, após ser preso e espancado injustamente em Salvador, adentra-se pelo sertão baiano com uma imagem do Senhor Bom Jesus indo instalar-se no sopé de um morro de aspecto fantasmagórico, às margens do São Francisco. Em uma gruta habitada por onças e outros animais selvagens, introduz a imagem do Senhor e inicia vida de ermitão.

A fama do santuário e a obra assistencial do seu fundador logo se difundem e o local passa a ser a meca de uma concorrida peregrinação, ainda hoje atraindo devotos da Bahia, Pernambuco, Piauí, Maranhão, Minas Gerais e Goiás, que se deslocam pelo rio e por estradas a cavalo, de ônibus e caminhões. Em 1706, D. Sebastião Monteiro da Vide, Arcebispo da Bahia, convoca-o a Salvador e o ordena sacerdote, com o nome de Pe. Francisco da Soledade, e o investe da função do Capelão do Santuário de Bom Jesus da Lapa²⁹.

Cerca de dois séculos mais tarde, com a mesma invocação, Antônio Vicente Mendes Maciel (1828-97), dito o Conselheiro, proveniente de Quixeramobim, Ceará, inicia sua peregrinação pelo interior da Bahia pregando a paz, promovendo batizados, casamentos, novenas e construindo ou reparando igrejas e cemitérios. Sua ação se concentrou na faixa compreendida entre o Vaza Barris e o Itapicuru, no período de 1874 a 1897. No mesmo período, Conselheiro também peregrinou por Sergipe.

O Arcebispo da Bahia, em 1882, adverte aos párocos da região sobre o perigo das pregações supersticiosas do Conselheiro e o fanatismo de seus seguidores³⁰. Os vigários, porém, comovidos com as suas ofertas de obras e impotentes diante da exaltação popular, o vêm com complacência e simpatia. Em 1886, o Delegado de Polícia da Vila de Itapicuru chama a atenção do Chefe da Polícia da Província para as manifestações de fanatismo ocorridas no Arraial de Bom Jesus, fundado pelo Conselheiro e que, nos dias de sermão e terço, chegavam a reunir mil pessoas. Dez anos mais tarde, a população do arraial era estimada em 20.000 almas, sem se saber, ao certo, de onde se originavam os recursos para sustentação dos fiéis, obras das igrejas e, mais tarde, resistência armada³¹.

A demora na entrega de madeiras para o telhado de uma de suas igrejas, por falta de pessoal para transportá-la, e a oferta do Conselheiro de mandar sua gente pegá-la, foi equivocada ou maldosamente interpretada pelo juiz local como uma ameaça do beato de invadir e saquear Juazeiro. O Cons. Luiz Viana, Governador da Bahia, manda, em novembro de 1896, a Expedição Pires Ferreira, constituída por cem soldados, para destruir a povoação de Antônio Camisão, como era também conhecido. A tropa é prontamente aniquilada pelos fanáticos, grandes conhecedores da região de caatinga³².

Uma segunda expedição, constituída por 14 oficiais, 543 praças e 3 médicos, é organizada em janeiro do ano seguinte para lavar a honra dos militares, não obstante ter sido esclarecida a suposta ameaça do Conselheiro de invadir Juazeiro. Mais uma vez, a tropa é desbaratada e aniquilada quando se deslocava de Monte Santo para Canudos, deixando cair em mãos do inimigo todas as suas armas. O mesmo destino tem a terceira expedição, organizada em fevereiro de 1897, e comandada pelo experimentado e temível Coronel de Exército, Antônio Moreira César, à frente de 1.300 homens.

A derrota do Exército Republicano por um grupo de fanáticos abertamente simpatizantes da Monarquia se transformaria na principal questão nacional. Era a própria segurança do regime republicano que estava em jogo. Aos monarquistas foi atribuído o financiamento dos fanáticos de Canudos, tendo alguns de seus jornais sido depredados no Rio de Janeiro pela população enfurecida.

A quarta expedição, formada por tropas de praticamente todos os estados, num total de mais de 6.000 homens, partiu de Salvador por via férrea e acampou em Queimadas, em 21 de março. Nas paredes da Capelinha de Stº Antônio, aqui inventariada, a soldadesca deixaria suas impressões em grafites registrados por Euclides da Cunha:

“... a capela exígua e baixa, como um barracão murado. E nas suas paredes, cabriolando doutamente, a caligrafia manca e a literatura bronca dos soldados. Todos os batalhões haviam colaborado nas mesmas páginas, escarificando-as a ponta do sabre ou tisanando-as, no gravarem as impressões do momento. Eram páginas demoníacas aqueles muros sacrossantos...”

A tropa continuaria a pé para Monte Santo, de onde seguiria para o ataque, em 20 de junho. A luta, comandada pelo Gal. Artur Oscar de Andrade Guimarães, Comandante do 2º Distrito Militar, seria árdua e longa. O Conselheiro também recebia reforços de sertanejos vindos de todo o Nordeste, dispostos a lutar até a morte em defesa do seu messias e do Santuário de Belo Monte.

Canudos é finalmente sitiada, em 25 de setembro, por 30 batalhões de infantaria do Exército e 18 canhões, com o propósito de dizimar completamente os revoltosos e seu reduto de 5.200 casas. Em 10 de outubro de 1897, Canudos é tomada praticamente sem sobreviventes. Fechava-se assim um ciclo da história do Nordeste, embora sua motivação mais profunda, o problema da terra, continue sem solução³³.

Das numerosas igrejas construídas pelo Conselheiro, cadastramos três: a atual matriz de Bom Jesus, em Crisópolis, a Capela do Senhor do Bonfim, em Chorrochó, e a capela de Santa Cruz, do cemitério de Cícero

Dantas. As igrejas de Cumbe, atual Euclides da Cunha, Mocambo, atual Olindina, e Manga, em Biritinga, assim como duas da vila em Canudos foram destruídas, por razões diversas. Da primeira, cuja a autoria vem sendo contestada por alguns autores, como Dionísio Nóbrega, reproduzimos uma foto no nosso Álbum de Memórias. A esses edifícios acrescenta-se o guarda-corpo da Via Sacra de Monte Santo, também atribuindo ao Conselheiro e incluído neste inventário.

O voto direto, institucionalizado com o advento da República, aplicado a uma sociedade regida por relações agrárias arcaicas e clientelistas, daria aos donos de terra um poder ainda maior. Como os governadores deixaram de ser nomeados pelo Imperador e passaram a ser eleitos diretamente pelo povo, os senhores da terra passam a ser cortejados pelos políticos, que pleiteavam manter-se no poder. Assim, os velhos caciques passam a dominar a política estadual e federal. Já não bastava possuir a terra, era preciso possuir também os votos, a gente.

O próprio Governo Federal, para obter o apoio dos senhores da terra, concede-lhes títulos honoríficos da Guarda Nacional, ampliando seus poderes. São agora coronéis. Sua origem é muito diversificada. Os mais tradicionalistas provinham da aristocracia rural dominante do Estado. Outros emergiram, por seu próprio mérito, da burguesia comercial, apadrinhados por laços de família ou de amizade. São eles que dominam a política baiana, do advento da República até a decretação do Estado Novo.

A reforma administrativa realizada em 1915, pelo Governador José Joaquim Seabra provocaria um clima de mal-estar entre os senhores da terra, fazendo eclodir, em 1920, a Revolta Sertaneja, liderada por um coronel da Chapada Velha, Horácio de Matos, com o apoio da maioria dos chefes sertanejos. Temerosos de manobras eleitorais para reconduzir Seabra ao poder, os coronéis ameaçam invadir a capital. O Governo Federal interfere e força um acordo entre o poder estadual e os coronéis. Em troca de reconhecer os Governos Estadual e Federal, Horácio de Matos, agora instalado em Lençóis, passa a ser, na prática, o governante de grande parte do Sertão, com o domínio de 13 municípios, uma vaga no Senado Estadual e outra no Federal e um arsenal de 30.000 armas de fogo. Com o triunfo da Revolução de 30, Horácio de Matos é forçado a aceitar um acordo, de-

pondo suas armas, sendo assassinado, pouco depois, em Salvador, em um episódio nunca esclarecido.

A miséria, a injustiça e a violência dos coronéis provocariam como reação o aparecimento de grupos de bandoleiros/justiceiros em todo o Nordeste, no período que vai do final do Oitocentos até a década de 40 do século atual. Na Bahia e em Sergipe, durante duas décadas, Virgulino Ferreira de Jesus, nascido em 1898 em Floresta do Navio (Pe), perturbou o sono de fazendeiros e da polícia no Sertão baiano. O capitão Lampião, como se autodenominava, foi o mais famoso destes cangaceiros. Após uma tentativa frustrada de tomada da cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte, Lampião cruza o São Francisco, em 1928, e se embrenha no sertão da Bahia, atuando especialmente na região de Geremoabo, prevalecendo-se das dificuldades de comunicação e acesso à área. A arbitrariedade da polícia rivalizava-se à violência de Lampião. Foram inúmeros os caatingueiros que se alistaram no bando do jagunço para fugir ou vingar-se da violência policial. Estudos recentes relacionam este tipo de manifestação com movimentos pré-revolucionários, que não chegam a estruturar-se como tal, por falta de uma consciência política.

ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

As mesorregiões Nordeste baiano e Vale Sanfranciscano tiveram suas economias, desde o século XVII até o final do século XIX, baseadas no criatório extensivo de gado. Os rebanhos chegaram a ocupar uma área estimada em 350.000 km². Para esta expansão do criatório bovino contribuíram a extensão das terras devolutas, o relevo ameno do solo, a vegetação rasteira e arbustiva da caatinga, o ar seco da região, que dificultava a propagação de pragas, e o afloramento de jazidas de salitre.

O salitre, essencial ao metabolismo do gado, especialmente em uma região semi-árida como o sertão, concentrava-se na margem direita do São Francisco, desde Paratinga até Juazeiro, dali subindo em direção à nascente do rio Salitre, em uma extensão de aproximadamente 500 km, com largura variável, que podia atingir até 150 km. Era exatamente na confluência dos dois rios, em Juazeiro, onde se registrava a maior concentração de nitrato e cloreto de sódio, o que explica a preferência dos boiadeiros pelo caminho de Juazeiro e permanência dos rebanhos, durante a seca, nas vizinhanças da vila³⁴.

Mas o salitre tinha outras aplicações, especialmente na fabricação de pólvora, o que despertou, desde cedo, o interesse da Coroa. Em 1693, Câmara Coutinho tenta convencer Francisco Dias d'Ávila a transportar o salitre para Salvador em seus burros de carga. No ano seguinte, o Governador D. João de Lencastro, por solicitação da Coroa, vai até a região, acompanhado do Desembargador Belchior da Cunha Machado, para avaliar, in loco, as jazidas e estudar a maneira de transportar o mineral para a costa³⁵. Von Martius, no início do século passado, ressaltou seu enorme potencial econômico, o mesmo fazendo Teodoro Sampaio, no início do atual. Não obstante esta consciência, o salitre nunca foi explorado racionalmente, servindo apenas como "lambedouro" para o gado.

Concomitantemente com a difusão do gado bovino, difundiram-se na mesorregião Nordeste Baiano e às margens do Baixo-Médio São Francisco rebanhos de caprinos e ovinos, cujos produtos eram consumidos localmente. Nas últimas décadas, com a introdução de matrizes importadas, principalmente do Canadá e da França, este rebanho começa a ser melhorado e seu leite, carne e couro industrializados e exportados. Destacam-se como produtores os municípios de Juazeiro, Curaçá, Uauá, Abaré e Chorrochó.

O comércio é outra atividade econômica muito importante no vale do São Francisco, a partir do século XVIII, com o ciclo do ouro. Por essa via natural seguia o gado dos sertões baianos e do Piauí até os garimpos de Minas Gerais. Por ela circulava, também, enorme contingente de garimpeiros, escravos, tropeiros, mascates e aventureiros, incentivando as trocas de produtos locais, - farinha, peixe seco, grãos, rapadura e aguardente - por tecidos, calçados, vidros e outros manufaturados importados pelo porto de Salvador. Algumas povoações tinha localização privilegiada para o comércio, como Juazeiro e Remanso, pontos naturais de travessia do rio em direção a Pernambuco, Piauí e Maranhão.

Outros pontos de trocas comerciais estavam no limite de navegação da via fluvial como Santa Maria da Vitória, Barreiras, Juazeiro e Pirapora (MG). Havia também aqueles pontos obrigatórios de parada dos barcos na longa trajetória, como Pilão Arcado, Xique-Xique, Barra, Urubu de Cima, atual Paratinga, Bom Jesus da Lapa e Carinhanha. As facilidades da navegação a vapor, a partir do último quartel do século XIX, consolidariam estas cidades como centros importantes de comércio regional. Duas, porém, me-

recem especial destaque: Juazeiro e Barra.

A agricultura, só no século atual, passaria a ter um peso apreciável na economia regional. Durante o período colonial, não há indícios de especialização da agricultura, que se restringia à policultura de subsistência. Nas ilhas e margens do São Francisco, fertilizadas pelo húmus trazido pelo rio, desenvolveram-se, desde muito cedo, as "roças de vazantes", que com o ciclo da navegação a vapor especializaram-se no cultivo de cebola e alho, com variações muito fortes de preços, devido à alternância de secas e cheias.

No início deste século, é introduzido no semi-árido e às margens do Médio São Francisco o cultivo de oleoginosas, como a mamona, tendo a Bahia se transformado no maior produtor nacional, responsável por 65% da produção, e o Brasil líder mundial. Esta situação começou a declinar a partir da década de 60. As principais microrregiões produtoras de mamona são: Irecê, responsável por 50% da produção baiana, Jacobina e Senhor do Bonfim.

Na mesma época, foi também introduzido no semi-árido o cultivo do sisal. Mas só a partir da década de 40, na interventoria de Landolfo Alves, o sisal começou a ser cultivado como uma alternativa econômica para a região, chegando a ter grande desenvolvimento nas microrregiões de Serrinha, Jacobina, Senhor do Bonfim, Euclides da Cunha e Jequié, esta última situada fora de nossa área de estudo. A Bahia é o maior produtor nacional de um mercado dominado mundialmente pelo Brasil³⁶. Este produto tem enfrentado, ultimamente, a concorrências das fibras sintéticas, mas se firmou em aplicações que não têm substituto. A mesorregião Nordeste Baiano é também grande produtora de castanha de caju, em grande parte industrializada no Ceará.

Tradicionalmente deprimido, econômica e socialmente, o vale do São Francisco foi, a partir de meados deste século, objeto de uma política de desenvolvimento que tem provocado muita polêmica devido ao impacto social e ambiental produzido, e pelos pequenos resultados obtidos. Em 1948, em consequência de dispositivo constitucional introduzido na Carta Magna de 1946, foi criada pela Lei Federal 541 a Comissão do Vale do São Francisco - CVSF, destinada a promover o desenvolvimento da região e a valorização do homem.

Embora seus objetivos tenham sido desvirtuados, à certa altura, esta

Comissão desenvolveu um importante trabalho na prevenção de endemias, como impaludismo, malária e verminoses, que tradicionalmente minavam a saúde das populações ribeirinhas. Sua ação neste campo se concentrava na implantação de serviços de distribuição d'água potável e instalação de postos médicos, operados pelo Serviço Especial de Saúde Pública – SESP. Outro campo importante de atuação da Comissão foi a educação. Convênios de cooperação técnica e aperfeiçoamento de professores primários foram celebrados com as municipalidades da região, melhorando o nível do ensino primário e secundário. A Comissão promoveu, também, a melhoria das condições de navegação do rio, com dragagens, construção de cais, sinalizações etc.

O controle das cheias e o aproveitamento hídrico e energético do grande rio para possibilitar o desenvolvimento regional foi outra de suas preocupações. Contudo, a urgência de atender à demanda de energia elétrica das capitais do Nordeste e de algumas do Centro Sul, como Belo Horizonte, com seu parque siderúrgico em implantação, desvirtuou os objetivos iniciais do programa. As represas de Paulo Afonso I (1949-55) e Três Marias, esta última concebida para regular o fluxo do rio, foram então transformadas em empreendimentos exclusivamente energéticos, desvinculados da CVSF e geridos, respectivamente, pela CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco e CEMIG – Centrais Elétricas de Minas Gerais³⁷.

Operadas prioritariamente em função da geração de energia, tais represas, ao invés de solucionarem o problema das enchentes, acabaram por agravá-lo. A partir de 1972, com a construção da represa de Paulo Afonso IV, as cheias passam a ser maiores e mais frequentes, assoreando as ilhas, privando o solo de húmus, alterando o ciclo das lavouras e da pesca e contribuindo para o êxodo das populações ribeirinhas.

Durante os primeiros anos da ditadura militar, a conjuntura inflacionária e novos objetivos políticos e econômicos determinaram o corte de uma série de programas, entre eles, o de desenvolvimento do Vale do São Francisco. A CVSF foi sendo, pouco a pouco, desativada e finalmente extinta, sendo substituída, em 1967, pela Superintendência do Vale do São Francisco – Suvale, criada pelo Dec. – lei 290/67.

O novo órgão deveria corrigir os vícios da Comissão e implantar uma

política de planejamentos e investimento em áreas prioritárias. Nesta época, iniciam-se os estudos para a construção da represa de Sobradinho, concebida para regular o fluxo do rio, facilitando a navegação e permitindo o funcionamento pleno da usina de Paulo Afonso, além de possibilitar a implantação de programas de irrigação. A execução do projeto foi confiada à CHESF e ao Departamento Nacional dos Portos e Vias Navegáveis.

Em 1972, é criado o Programa Especial para o Vale do São Francisco – Provale, Dec. – lei nº 1207/72, com o objetivo de complementar os programas em execução, ocupar os vazios econômicos e acelerar o desenvolvimento sócio-econômico da região, integrando-a ao desenvolvimento nacional. É quando eclode a crise energética mundial e o projeto de Sobradinho é reformulado, com a função prioritária de gerar energia. Sua execução, entre 1973 e 1979 viria a provocar um enorme impacto social e ambiental. Quatro cidades – Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé e Casa Nova e três vilas – Santana do Sobrado, Bem Bom e Pau-a-Pique; além de 4.214 km² de terras de cultivo foram submersos, obrigando o reassentamento de 11.853 famílias.

Contemporaneamente à realização de Sobradinho, foi construída a represa de Apolônio Sales (1971-77), que alagaria 94 km², incluindo a cidade de Glória, e provocando a relocação de 5.033 hab. Entre 1979 e 1989, um outro grande empreendimento energético, a represa de Itaparica, ou Luis Gonzaga, provocaria o alagamento de 8.355 km², incluindo a cidade de Rodelas e a povoação de Barra do Tarrachil. Em Pernambuco, a mesma represa inundou a cidade de Petrolândia e a vila de Itapicuruba. Esta represa exigiu o reassentamento de 7.378 famílias, nem sempre nos locais mais apropriados. Com a chegada das secas, grande parte dessa população é condenada ao êxodo, dirigindo-se às capitais mais próximas³⁸.

O Provale incluía entre seus objetivos a melhoria das condições de navegabilidade do rio, no percurso entre Pirapora e Juazeiro, com a construção de várias eclusas. Mas o desvio do rio e a criação de Sobradinho, um lago com 235 por 40 km, teve um efeito contrário, levando à paralização um sem número de “gaiolas”, construídas para navegarem em águas tranquilas.

Uma das suas ações programadas, talvez a de maior êxito, foi o apoio a projetos de colonização, irrigação e fomento à agricultura. Os dois primeiros

projetos dessa natureza, Bebedouro, em Petrolina (Pe) e Mandacaru, em Juazeiro, implantados respectivamente em 1968 e 1973, tiveram um enorme sucesso. Previstos, inicialmente, para a produção de sementes selecionadas, favorecida pelo ensolejamento e secura do ar na região, esse programa se ampliou com a produção de frutas finas, como uva, melão, manga, melancia, maracujá e tomate, para consumo interno e exportação.

A iniciativa privada seguiu as pegadas do Estado, implementando enormes projetos agrícolas, não só em Juazeiro, como em Santa Maria da Vitória e Bom Jesus da Lapa. Ali, além de frutas, especialmente melancia, cultivam-se também grãos: soja, milho e feijão. Entre Juazeiro e Curaçá e à margem de Sobradinho formou-se o maior pólo agrícola irrigado do Nordeste Brasileiro. A área de cultivo irrigado baiana é hoje estimada em 220.000 ha, sendo 170.000 de projetos privados e 50.000 de públicos. Esta atividade fez surgir em Juazeiro importante atividade agro-industrial ligada à produção de massa de tomate e sucos concentrados de frutas.

A partir do final da década de 70, em consequência dos trabalhos desenvolvidos pela EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, no aproveitamento agrícola do cerrado e do pioneirismo de agricultores do extremo sul do país, foi introduzido com grande sucesso o cultivo de grãos à margem do Rio Grande, nos infundáveis chapadões do Extremo Oeste Baiano. Atualmente, a produção de grãos daquela região chega a 800.000 toneladas/ano, sendo que 500.000 são de soja e as 300.000 restantes de arroz, milho e feijão. Esta atividade criou, por sua vez, um importante pólo agro-industrial em Barreiras.

O Litoral Norte Baiano, que tradicionalmente produzia coco-da-bahia, maracujá e laranja, desenvolveu, nas três última décadas, grandes projetos de reflorestamento, voltados para a produção de celulose e carvão vegetal para siderúrgicas, devido, em parte, ao reaproveitamento de velhos campos petrolíferos.

A atividade extrativa é outro suporte da economia regional. Desde o final dos anos 40, a Petrobrás explora petróleo nos municípios da microrregião Litoral Norte. Esta produção tem caído nas últimas décadas, devido ao esgotamento dos poços. A Caraíba Metais, do Grupo Pignatari, iniciou, em 1978, a

exploração de cobre em Caraíba e Curaçá com financiamento do BNDES. Executada por inadimplência, a Caraíba foi, posteriormente, reprivatizada. Em 1991, a produção de concentrado de cobre chegou a 78.400 toneladas. A extração de calcário, mármore e granitos para construção civil é outra atividade importante da região. Juazeiro e Santaluz são os dois centros mais dinâmicos de mineração de rochas ornamentais da região

Como resultado da grande disponibilidade de energia, de recursos minerais e de uma agricultura moderna, surgiram na região, nas últimas décadas, alguns pólos industriais de razoável importância. O Governo do Estado da Bahia mantém distritos industriais em Juazeiro e Barreiras, que abrigam agroindústrias locais. Um terceiro distrito, Sauípe, em Alagoinhas, reúne curtumes, olarias, canteiros de pré-fabricação e indústrias de bebidas e alimentos.

O turismo é a mais nova atividade econômica introduzida na região. O Litoral Norte, com suas praias e dunas, apresenta um grande potencial turístico. Só recentemente, com a abertura da BA-099, Linha Verde, esta riqueza começa a ser convertida em benefício para a região. Ao contrário do que aconteceu no Litoral Sul, o Governo do Estado se antecipou ao turismo, promovendo uma série de medidas acauteladoras das agressões ao meio ambiente.

Embora provocando grandes conflitos sociais e desequilíbrios ambientais, não há dúvida que a ação do Governo Federal, através da CVSF, SUVALE e CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, teve efeitos econômicos positivos para a região, seja gerando energia para sustentar o desenvolvimento da região e exportar, seja implantando uma agricultura moderna e pólos agro-industriais como os de Juazeiro e Barreiras, verdadeiros empórios de grãos e frutas. A esta ação se soma, agora, o desenvolvimentos turístico do Litoral Norte, deflagrado pelo Governo do Estado com a abertura da Linha Verde.

URBANISMO E ARQUITETURA POPULAR

Devido a sua ocupação rarefeita, resultante do criatório extensivo de gado, a região não apresenta centros históricos de grande magnitude e importância. Suas cidades, muitas das quais originárias do século XVII, só tiveram algum desenvolvimento a partir do século passado. São cidades geralmente

planas, com ruas largas e retas, seguindo um padrão inteiramente diverso das povoações litorâneas.

Na mesorregião Nordeste Baiano, muitas povoações tiveram origem em antigas missões jesuíticas, à margem dos caminhos de boiadas, como Conde, ex-Itapirucu da Praia (1612); Ribeira do Pombal, antiga Canabrava de Santa Teresa; Geremoabo, ex-aldeia dos monguru; Itapicuru de Cima, de índios boimé, e Maçacará, de índios caimbé, todas de 1669 e Nova Soure, ex-aldeia de Natuba (1673). Senhor do Bonfim e Jacobina têm suas raízes na ex-missão franciscana de Saí (1697).

Outras são povoações que se consolidaram como pousos na mesma rota das boiadas, a exemplo de Alagoinhas, Inhambupe, Bom Conselho, atual Cícero Dantas, e Santa Brígida. Há ainda aquelas que se especializaram como feiras de gado, a exemplo de Capuame (1614), atual Dias d'Ávila, Aramari e Feira de Santana.

Assinale-se a sobrevivência, no Litoral Norte, de modelos urbanos muito antigos, como o terreiro delimitado por casas isoladas, tendo em uma de suas cabeceiras a igreja. Esta planta, de origem jesuítica, está presente na antiga missão do Divino Espírito Santo, atual Vila de Abrantes, em Camaçari. O mesmo modelo foi utilizado pelos padres da Companhia de Jesus em outras aldeias litorâneas, como Trancoso e Vila Verde, em Porto Seguro, e Olivença, em Ilhéus.

No Baixo Médio São Francisco, algumas povoações tiveram sua origem em missões de capuchinhos franceses, como Pambu, transferida da ilha de Assunção para terra firme, no município de Abaré. Muitas missões da mesma origem, instaladas em ilhas fluviais, foram destruídas por enchentes ou transferidas para margem esquerda do rio, em Pernambuco. Outras originaram-se de missões franciscanas, como Nossa Senhora das Grotas de Juazeiro e Curral dos Bois, ou Glória, fundadas em 1706.

Estas últimas tiveram rápido desenvolvimento como pontos naturais de transposição do grande rio, a partir de meados do século XVII, motivo que explica a origem, também, de Sento Sé e Remanso. A Glória primitiva foi submersa em 1970 com a construção da Represa Apolônio Sales. Seus habi-

tantes foram trasladados para uma cidade nova, que manteve seu nome. Além de missões surgiram, ao longo de todo vale, pontos de apoio à navegação, que logo se transformariam em povoações e centros comerciais de relativa importância, como Carinhanha; Urubu de Cima, atual Paratinga; Barra do Rio Grande; Xique-Xique e Pilão Arcado.

No Extremo Oeste, as principais povoações surgiram no limite de navegação de afluentes do São Francisco, como Santa Maria da Vitória, nas barrancas do Rio Corrente, e Barreiras, à margem do Rio Grande. Outras surgiram de garimpos, como Correntina, antiga Nossa Senhora do Rio das Éguas.

Não poderíamos deixar de fazer referência a povoações nascidas de inspiração religiosa, como é o caso de Bom Jesus da Lapa, originária do final do século XVII e que logo se transformaria em ponto de peregrinação deromeiros de Minas e de todo o Nordeste. Tiveram a mesma origem Monte Santo, surgida um século mais tarde, como centro de peregrinação, e Belo Monte, ou Canudos, construída pelo Conselheiro e seus seguidores, no final do século XIX, mas destruída pelo Exército Republicano, em 1897.

Os paços municipais que servem de sede aos municípios da região seguem a tradição das casas de câmara e cadeia coloniais, constituídas por edificações mais largas que profundas, com dois pisos articulados por uma escada interna e recobertas por telhados de quatro águas. Este modelo tem origem em Jaguaripe (1697) e foi seguido em São Francisco do Conde (meados do XVIII), Porto Seguro (1772), Rio de Contas, Caetitê e Condeúbas, estes últimos do século passado. Adotaram o mesmo modelo na mesorregião Nordeste Baiano os municípios de Inhambupe (1845), Senhor do Bonfim (1856) e Serrinha (1891). São edificações geralmente isoladas, localizadas na cabeceira da praça mais importante da cidade.

No Vale Sanfranciscano, onde muitos municípios surgiram a partir de meados do século passado em consequência do desmembramento de outros maiores, as novas municipalidades utilizam como sedes antigas residências adaptadas para este fim. Alguns utilizam solares de dimensões avantajadas, com pátio interno e mirante, como o que serve à Prefeitura de Barra. Mas o maior interesse da arquitetura civil da região reside mesmo nas residências, que tentaremos caracterizar a seguir.

Para efeito de análise da arquitetura rural, a mesorregião Nordeste Baiano deve ser dividida em duas subáreas: a litorânea e a sertaneja. Na zona próxima ao litoral, especialmente em Conde e Entre Rios, as casas de fazendas são localizadas geralmente em encostas, com um porão alto parcial, para melhor se adaptarem à topografia. Possuem planta retangular recoberta por telhado de quatro águas e varanda frontal elevada, que se liga ao terreno por escada externa. A planta mais freqüente é do tipo corredor central. Muitas casas possuem capela interna, em especial em Rio Real e, eventualmente, separada como no engenho Bury, em Entre Rios, que segue o padrão açucareiro do Recôncavo.

No Sertão, as casas são mais largas que profundas, com varanda na frente ou em dois ou três lados. São construções recobertas por telhados de quatro águas, raramente de dois. Suas plantas usualmente não têm circulação diferenciada. Algumas residências têm capelas internas. O sistema construtivo é o adobe e o pau-a-pique. As sedes de fazenda de gado tendem a formar com o curral e com as casas de farinha e de trabalhadores conjuntos, ora monolíticos, ora em fileira. Esta organização espacial pode ser observada em Rio Real, Serrinha, Lamarão, Itapicuru, Ichu e Candéal. Alguns destes conjuntos incluem uma capela separada, como a Fazenda Guanabara, em Serrinha. Esta fazenda e o engenho Camuciatá, em Itapicuru, possuem sedes assobradadas, o que é raro na zona rural.

As casas urbanas do Nordeste Baiano são, geralmente, térreas e apresentam plantas do tipo circulação central ou cômodo-a-cômodo. Raramente possuem pátio interno. Registramos apenas dois casos, um em Serrinha e outro em Rio Real. Os sobrados, quando ocorrem, são semelhantes aos do Recôncavo e Litoral. Em Alagoinhas, Serrinha e Senhor do Bonfim, cidades que experimentaram uma relativa prosperidade, na transição do século passado para o atual, em consequência da implantação da ferrovia, preservam-se algumas belas casas e sobrados ecléticos. Nas duas últimas cidades, algumas casas conservam pinturas murais interiores. Os sobrados, ao contrário, tiveram seus interiores muito modificados, nas últimas décadas, para adaptarem-se a outros usos. O sistema construtivo mais adotado nas casas é o adobe e o pau-a-pique. Em Serrinha encontramos algumas casas em alvenaria mista de pedra e tijolo.

A arquitetura doméstica das mesorregiões Sanfranciscana e Extremo Oeste caracteriza-se por casas térreas recobertas por telhados de duas e, excepcionalmente, quatro águas. O sistema construtivo mais adotado é o adobe e o pau-a-pique, este último muito utilizado nas divisórias internas de casas com caixas murárias de outros sistemas construtivos.

As casas rurais apresentam plantas tendentes ao quadrado, com dependências no fundo, que em alguns casos delimitam um pátio de serviço. Uma varanda com guarda-corpo de alvenaria serve de transição entre o salão de jantar e o pátio posterior. Algumas casas possuem sótão. Exemplos dessa tipologia são encontrados em Santa Maria da Vitória e Chorrochó. Não raro a casa abriga duas unidades residenciais, como foi constatado em Bom Jesus da Lapa, Saúde e Curaçá. Esta disposição fora encontrada, também, em Caetitê, Livramento de Nossa Senhora e Rio de Contas, na Chapada Diamantina ³⁹.

A casa de fazenda é geralmente envolvida por uma paliçada para manter afastado o gado, criado solto. Em alguns casos, esse espaço pode tomar a forma de um jardim frontal, a exemplo da Fazenda Lagoa da Vaca, em Curaçá. As capelas internas são raras. Excepcionalmente, a casa forma com a capela um conjunto. Exemplo dessa tipologia são encontradas em Barra e Chorrochó.

Nas zonas urbanas, as plantas das residências são semelhantes às rurais, mas as casas são alinhadas e entaladas, formando ruas corredores. Os lotes são largos, o que propicia o aparecimento de casas de planta quadrada, com pátios posteriores delimitados pelo corpo principal, dependências de serviços e muros altos. Essas casas aparecem, com freqüência, no Médio São Francisco, em especial em Paratinga e Carinhanha, e no Extremo Oeste Baiano. As varandas do pátio, quando existem, são estreitas e cumprem função de circulação. Suas plantas são basicamente de dois tipos: morada inteira, isto é com circulação na mediana, freqüente em Paratinga, Santana e Barra, e planta com três faixas de usos: salões centrais, flanqueados por duas filas de alcovas ou quartos. Uma circulação curta liga a rua diretamente ao amplo jantar, que se abre para o pátio. As alcovas se abrem diretamente para o jantar e para a sala de visitas.

As residências mais nobres da região não são assobradadas, senão casas térreas, embora muitas tenham sótão, inclusive em oitão, como foi observado

em Barra e Paratinga. Há alguns exemplos de vivendas térreas com grande requinte, do início deste século, em Barra, Paratinga, Ibotirama e Brejolândia. São casas geralmente afastadas de um dos limites laterais do lote e elevadas sobre porão baixo, com tratamento neoclássico ou eclético e com pinturas murais no interior. São os solares dos coronéis. A maioria das casas é de uso exclusivamente residencial, mas algumas abrigam também comércio, como registramos em Bom Jesus da Lapa, Paratinga, Santa Maria da Vitória, Cocos e Santana. Nesses casos, a loja ocupa um dos salões frontais da casa, ao lado da sala de visitas.

Os sobrados são raros e têm uma organização espacial inteiramente diversa da de seus congêneres litorâneos. Alguns possuem pátios semelhantes aos das casas, disposição observada em Paratinga, Bom Jesus da Lapa, Barra e Juazeiro. Geralmente o sobrado se restringe à parte anterior do edifício. Uma das águas do telhado do pavimento superior se prolonga recobrando a parte térrea do fundo. Térreo e sobrado formam duas unidades residenciais praticamente independentes. Quando o edifício é de uso misto, a loja substitui a sala de visitas da residência térrea. Mais importante que a arquitetura civil é a religiosa, não obstante não ter a mesma monumentalidade das igrejas do litoral. A região estudada apresenta capelas e igrejas totalmente diversas das do Recôncavo e Litoral. Ao invés de evoluírem do chamado partido em T, que progressivamente incorporou alpendres laterais e sucessivamente pórticos ou corredores recobertos por tribunas, o templo sertanejo finca raízes em modelos mais arcaicos, nas igrejas basilicais de tradição ibérica popular.

Este modelo teria sido introduzido na Bahia por missionários jesuítas, a partir do século XVII, quando assentaram uma série de reduções ao longo dos caminhos que se dirigiam para o Baixo-Médio São Francisco. São igrejas de planta retangular, com duas arcarias longitudinais e uma transversal, repartindo o espaço em três naves, capela-mor e duas sacristias. Ao invés de altas torres frontais, como ocorre no litoral, possuem fachadas simples com, no máximo, sineiras em arco.

O mais antigo templo deste tipo que ainda se conserva, embora alterado por adições posteriores, é a Igreja de N. Sra. da Abadia, localizada em Jandaíra. Aquelas terras foram doadas, em 1573, ao Governador Geral, D. Luis de Brito e Almeida. A apenas 30 km, os jesuítas possuíam a missão de

Itapicuru da Praia, atual Conde, em terras doadas para este fim pelos Àvilas, em 1612. A igreja de Abadia foi provavelmente construída sob orientação dos jesuítas, em meados do século XVII. O templo foi ampliado no século XVIII, provavelmente após a elevação do povoado a condição de vila, em 1727. Não obstante essas alterações, os arcos separando a nave principal da lateral esquerda ainda se conservam. Este partido fora utilizado pelos jesuítas, pouco antes, em Reretiba, atual Anchieta, no Espírito Santo.

O mesmo partido seria utilizado por missionários jesuítas, não arquitetos, em três capelas de índios da transição do século XVII para o XVIII: Santa Tereza de Jesus (Canabrava), em Ribeira do Pombal, e Senhor da Ascensão (Mirandela), em Banzaê, e N. Sra. da Conceição de Natuba, em Nova Soure. Essas igrejas substituem as primitivas, originárias de 1667, destruídas pelos Àvilas. Não se tem descrição daquelas capelas, mas é provável que fossem templos também com três naves, para abrigar um maior número de índios, embora construtivamente mais simples, que as atuais. Seriam constituídas por uma caixa de muros de alvenaria de adobe com duas fileiras de esteios de madeira suportando as tesouras centrais.

Curiosamente encontramos na região igrejas não muito antigas com esse partido arcaico, utilizado na missão jesuítica de São Pedro da Aldeia, no Rio de Janeiro, fundada em 1617. Igrejas missioneiras jesuíticas do mesmo gênero são encontradas em outros países latino-americanos, como Bolívia e Venezuela, denotando uma raiz comum, ou seja, mudéjar. Provavelmente, a mais antiga dessas igrejas é a de São Gonçalo, em Serra Dourada. A região foi ocupada desde meados do século XVIII. A igreja é provavelmente do final deste século.

Outra igreja da mesma tipologia é a de N. Sra. da Conceição, em Gavião, que fica no vale do rio Jacuípe, entre Jacobina e Feira de Santana. Jacobina foi um dos primeiros centros de mineração de ouro no Estado. O garimpo começou em 1696 e já em 1720 a povoação era elevada à vila. A igreja de Gavião apresenta notável semelhança de partido e volumetria com a Igreja de N. Sra. do Rosário (1744) de Paracatu, antigo arraial de Santana, em Minas Gerais⁴⁰. Não devemos esquecer que garimpeiros baianos e mineiros se alternavam nas duas províncias. Mas a atual igreja de Gavião foi, supostamente, iniciada em 1825, talvez reproduzindo outra anterior. Santa Rita de Cássia, em Cardeal da Silva, é outro exemplo do mesmo modelo arcaico.

Essa tipologia, com o passar do tempo, teve os seus esteios substituídos por pilares de alvenaria, ou arcos. No Vale Sanfranciscano, templos de três naves separadas por fileiras de pilares de alvenaria podem ser observadas nas igrejas de Senhora Santana, no município homônimo, Sagrado Coração de Jesus, em Formosa do Rio Preto e São José, em Carinhanha, esta já descaracterizada. Há exemplos também em Terra Nova, no Recôncavo, e em Lamarão, na mesorregião Nordeste Baiano, todas na mesma rota de expansão dos currais. O exemplar, porém, mais curioso desta tipologia é a igreja de Santa Isabel, em Mucugê, na Chapada Diamantina, onde o coro recobre as naves laterais, envolvendo quase completamente a central.

As capelas sem torres com arcarias separando as três naves serviram de modelo às matrizes de Tucano (1791), Curaçá, Biritinga e Alagoinhas Velha, todas situadas na faixa que liga o Recôncavo ao Baixo-Médio São Francisco. São igrejas com uma técnica construtiva rudimentar, com arcos abertos em espessos muros divisórios internos de pedra. Dessa faixa, a tipologia se difundiria por outras áreas do sertão.

A depuração construtiva deste tipo de edifício conduziria a um templo com planta tipicamente basilical, com elegantes arcarias entre naves, muitas das quais suspensas sobre colunas toscanas. Em alguns casos, o coro elevado envolve parcialmente a nave central. Ao contrário das primitivas, muitas destas igrejas apresentam torres sineiras em arcos ou com terminação piramidal, semelhantes às matrizes do final do século XVII do Recôncavo. Podemos incluir nesta categoria as igrejas de Senhora Santana (1780), em Serrinha; N. Sra. da Conceição, em Riachão do Jacuípe; N. Sra. do Bom Conselho, em Cícero Dantas; São João Batista, em Geremoabo e N. Sra. do Alívio, em Ituaçu, na Serra Geral. Em muitos casos a capela-mor comunica-se com as sacristias através de arcos.

Merecem referência, ainda, os templos com partido em T e capela-mor comunicando-se com as sacristias através dos arcos. Trata-se, aparentemente, de uma fusão da tradição litorânea com a sertaneja. Podem ser enquadradas nesta categoria as capelas de Santo Antônio de Pambu (XVIII), em Abaré; São José, em Chorrochó; São João, em Curaçá, e Divino Espírito Santo, em Santa Maria da Vitória, todas no Vale

Sanfranciscano. A mais curiosa, contudo, encontra-se na mesorregião Nordeste Baiano. É a igreja de Santo Antônio (1923), em Lamarão, com o corpo principal formado por uma nave tríplice e as duas sacristias compondo a trave do T.

Embora existam capelas com alpendres laterais, especialmente em Jacobina, igrejas térreas com corredores laterais são raras na região. Entre os poucos exemplos registrados, estão a igreja de N. Sra. do Monte, em Conde, do início do século XVIII, e Senhora Santana, em Cotegipe, do século passado.

Também raras são as igrejas com corredores laterais superpostos por tribunas. De qualquer modo, podem-se citar a ampliação do século XVIII de N. Sra. da Abadia, em Jandaíra, e as igrejas de Santana, em Malhada; São Francisco das Chagas, em Barra; N. Sra. da Conceição, em Aporá, e Divino Espírito Santo, em Inhambupe. Esta última transformada em igreja de três naves, no século passado, mantendo porém as tribunas.

Há, ainda, igrejas com tribunas só na capela-mor, como a matriz de Santana e a Igreja de N. Sra. da Conceição, em Conde. Muito curiosas são as igrejas com arcos ao nível das tribunas, como N. Sra. da Conceição, de Aporá. Esta disposição foi encontrada, também, nas igrejas de São Bernardo, em Alcobaça, Litoral Sul, e Senhora Santana, em Rio de Contas, Chapada Diamantina. Nesta última, as falsas tribunas abrem-se diretamente para o exterior.

Por último, devemos assinalar duas expressivas manifestações de paisagismo religioso em pleno sertão, os santuários de Bom Jesus da Lapa e Monte Santo. O primeiro fundado, no final do século XVII, em uma gruta de um maciço calcário à margem do São Francisco, pelo português Francisco de Mendonça Mar. O santuário logo se transformaria em meca de peregrinações. Neste século, o santuário foi transformado em um sacromonte com cruzeiros e grupos escultóricos ao longo do caminho que leva ao cume. O segundo, criado pelo capuchinho italiano Frei Apolônio de Toddi, no final do século XVIII, foi concebido originalmente como um sacromonte, na tradição italiana. Este último, se não ganha em refinamento do famoso Santuário de Congonhas do Campo, projetado pelo Aleijadinho, o antecede no tempo e o supera na escala.

Entre 1973 e 1979, quatro outras cidades baianas e uma vila – Santana do Sobradinho - foram afogadas para formação do lago de Sobradinho, sem qualquer documentação urbanística ou arquitetônica prévia⁴⁵. As terras da região pertenciam, originalmente, ao Conde da Ponte e dependiam, administrativamente, da Vila de Juazeiro. A mais antiga dessas cidades era Pilão Arcado, fundada em fins do século XVII por ordem de D. João Lencastro para reprimir os roubos às fazendas de gado da região por índios mocoaze e acoroaze. Os primeiros povoadores teriam sido portugueses da família Guerreiro, os irmãos Francisco Bernardo e Antônio. Entre 1800 e 1808 os Guerreiros mantiveram sangrenta luta com a família do comendador Militão Plácido de França Antunes, vencendo esta última, o que implicou na fuga dos Guerreiros da localidade.

A capela local de Santo Antônio de Pilão Arcado foi elevada a matriz por Carta-régia de 18/1/1771. Dez anos depois, o templo ruiu, devido a uma grande enchente, sendo substituído pela igreja de N. Sra. do Livramento, como sede de freguesia. A povoação foi elevada a vila por Alvará-régio de 15/1/1810⁴⁶. A nova igreja de Santo Antônio, que reproduzimos em nosso Álbum de Memória, foi tragada pelas águas, em 1979. Era uma enorme construção de adobe, com planta e fachada imitando as matrizes do Recôncavo, da transição do século XVII para o XVIII, embora suas torres fossem em arco, como se pode conferir no Vol. XXI da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.

Remanso, também inundada, surgiu em decorrência das lutas familiares travadas, no início do século XVIII, em Pilão Arcado. Na fazenda Arraial refugiaram-se muitos de seus moradores, aumentando o pequeno assentamento existente. Surge assim o povoado de N. Sra. do Remanso. Com a criação do Município de Pilão Arcado, em 1810, o Distrito de N. Sra. do Remanso foi desligado de Juazeiro e integrado ao novo município. A autonomia municipal só se deu com a transferência da sede da Vila de Pilão Arcado para o arraial de Remanso, pela Resolução provincial n° 650, de 14/12/1857. A freguesia de N. Sra. do Remanso foi criada por Resolução provincial n° 1197, de 27/4/1872, com a transferência para aquela vila da freguesia de Santo Antônio do Pilão Arcado. A freguesia se instalou na Capela de N. Sra. do Rosário. A nova e interessante matriz, com três naves superpostas por coro em U, foi construída entre 1882 e 1894⁴⁷.

A terceira cidade mais antiga destruída foi Sento Sé, cujo nome decorre da presença na região de índios centossé. Sua povoação se fez por colonos portugueses provenientes de outros assentamentos ribeirinhos e do Piauí. Uma primeira capela dedicada a São José foi edificada em 1719, dependente de Santo Antônio de Jacobina, e elevada à sede de freguesia em 1752, com o nome de São José da Barra de Sento Sé. O arraial foi elevado a vila por Decreto-imperial de 6/7/1832, com território desmembrado de Pilão Arcado⁴⁸. A matriz de São João Batista, como aparece no nosso Álbum de Memórias, teve sua pedra fundamental lançada em 1802, mas nunca foi concluída. Em data posterior a 1958 teve duas portas térreas tapadas e ganhou uma torre piramidal que lhe engoliu parte do frontão.

Casa Nova, como o nome sugere, é a mais nova das quatro cidades alagadas pela represa de Sobradinho. A povoação surgiu na fazenda Riacho de Casa Nova, do Cap. José Manuel Viana, como ponto de trocas comerciais de sertanejos do Piauí que ali vinham vender seus bois e adquirir gêneros de primeira necessidade, importados ou produzidos na Bahia. Mas seu grande crescimento se deu com a descoberta na região, no início do século passado, de grandes jazidas de cloreto de sódio, ou sal de cozinha, em grande parte exportado para Januária, em Minas Gerais. Já possuía, então, uma capela dedicada a São José, mandada construir pelo dono da fazenda. Lei provincial n° 1265, de 3/4/1873, criou a freguesia de São José do Riacho da Casa Nova. A povoação foi elevada a vila com o nome de S. José da Casa Nova, pela Lei provincial n° 1873, de 20/7/1879, com território desmembrado do de Remanso. Mas sua instalação só se deu em 1888⁴⁹.

Mais recentemente, no final da década de 80, Rodelas, em território baiano, e Petrolândia e Itacuruba, no estado de Pernambuco, foram inundadas para a formação da represa de Itaparica, rebatizada como Luiz Gonzaga, após a morte do cantor. A primitiva aldeia dos rodela, foi fundada por capuchinhos franceses, em 1671, e ficava na ilha de Assunção. Dalí os capuchinhos irradiaram sua ação para outras ilhas e terra firme. Fustigados pelos Ávilas e pela Corte, os franceses entregaram suas aldeias aos jesuítas, em 1687. Com base naquela aldeia, os padres da Companhia de Jesus passam a administrar as demais missões herdadas dos capuchinhos franceses. Mas em 1696, estes são expulsos violentamente por Garcia d'Ávila Pereira. Os jesuítas passam, então, a administração daquelas missões para capuchinhos italianos, que tinham me-

lhor relacionamento com os Ávilas.⁵⁰

Nessa condição, a aldeia de Rodelas chegou a ser sede de freguesia, sob invocação de Nossa Senhora da Conceição. Mas em 1792, uma grande enchente destrói a aldeia, sendo a igreja abandonada e reconstruída em terra firme, em 1834, na cidade pernambucana de Cabrobó. A cidade de Rodelas, que foi inundada, não tem, portanto, nada a ver com a antiga missão do mesmo nome, originária do século XVII. Surgiu como distrito do município de Santo Antônio da Gloria, pela Lei-municipal nº 18, de 29/4/1922, ratificada pela Lei-estadual nº 1582, do mesmo ano. Sua autonomia municipal só se faria com a Lei estadual nº 1.768, de 30/7/1962⁵¹. Chama a atenção a regularidade de seu traçado, como se pode ver em nosso Álbum de Memórias.

No que se refere ao patrimônio natural, a situação não é diferente. No mesmo período em que foram afogadas as seis cidades baianas, foram submersos 5.164.100 ha. de terras de cultivo e caatinga para formação do grande lago, provocando um grande impacto ambiental. Esta pouca atenção com o meio ambiente se reflete, também, a nível do sistema de proteção. Não existe em toda a região pesquisada um só parque natural protegido pelo poder público. Apenas o Raso da Catarina, com cerca de 90.000 ha., localizado nos municípios de Geremoabo, Rodelas e Paulo Afonso, foi declarado reserva ecológica pelo IBAMA.

Felizmente, uma nova atitude começa a ser adotada na realização de grandes obras públicas. Por ocasião da construção da Linha Verde, BA-099, o Governo do Estado, através do Dec. nº 1.046/92, declarou Área de Proteção Ambiental – APA - uma faixa de 6 km ao longo da mesma, desde e município de Mata de São João até Mangue Seco, em Jandaíra, procurando amenizar o impacto de novas atividades, como o turismo, que se iniciam na região. Recentemente, o Governo Estadual criou duas outras APAs: a das Dunas e Veredas do Baixo Médio São Francisco, a maior da Bahia, com 1.085.000 ha., nos municípios de Barra, Xique-Xique e Pilão Arcado, e a da Bacia do Rio de Janeiro, em Barreiras. É necessário esclarecer que as APA criam normas de utilização para essas áreas, mas não asseguram sua preservação integral.

NOVA ETAPA DO INVENTÁRIO

A publicação deste sexto volume do Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia coincide com uma nova fase do Projeto. Durante vinte e um anos, de 1973 a 1994, estivemos subordinados à Secretaria da Indústria Comércio e Turismo – SICT, onde pudemos realizar não só os cinco primeiros volumes da série, como praticamente todo o trabalho de campo do presente.

Projetamos e viabilizamos, no mesmo período, a restauração de importantes monumentos baianos, e introduzimos uma nova prática na administração pública baiana, a de planejar considerando os valores culturais pré-existentes. A Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo foi assim pioneira, não só na realização do primeiro inventário sistemático do patrimônio edificado de um estado brasileiro, como em estabelecer uma interação cooperativa entre preservação e desenvolvimento econômico.

A crise institucional e econômica vivida pelo país, em particular pela Bahia, a partir de meados da década de 80, não permitiu que pudéssemos prosseguir com o mesmo ritmo de trabalho da fase inicial. Perdemos a maioria dos nossos técnicos e os meios para viajar e documentar. Tivemos ainda o nosso nome alterado, em 1992, por razões administrativas, para Projeto de Estudo do Acervo Turístico - PEAT, embora as publicações mantivessem sua nomenclatura original.

No início de 1995, este Projeto foi transferido para a recém criada Secretaria da Cultura e Turismo, onde obtive do Secretário Paulo Renato Dantas Gaudenzi a garantia de sua continuidade e conclusão. Com apenas dois arquitetos e alguns auxiliares, ainda funcionando no prédio da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração – SICM, por não haver espaço na nova Secretaria da Cultura e Turismo, começamos o trabalho de resgate, complementação e redação do presente volume. Mais recentemente, reiniciamos os trabalhos de campo do sétimo e último volume da série, que completará a cobertura de todo o Estado da Bahia.

Aos técnicos e auxiliares que, acreditando na importância do Inventário de Proteção do Acervo Cultural para a preservação da identidade da Bahia, renunciaram a melhores salários e condições de trabalho, o nosso sincero reconhecimento e agradecimento.

NOTAS

- ¹ BARROS, Francisco Borges de. *Bandeirantes e Sertanistas Baianos*. Bahia: Imprensa Oficial da Bahia, 1920, p. 26.
- ² FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de, et al. *O sertão da Bahia; aproximação para a análise de sua formação histórica*. Salvador: Bahia/SEPLANTEC, 1984.
- ³ GALVÃO, Mons. Renato de Andrade. Prefácio à PALANCIN S.J., Pe. Luiz Gomes, OLIVEIRA, Pe. Francisco José de. *História da Diocese de Paulo Afonso*. Paulo Afonso: (s.n.), 1987.
- ⁴ ABREU, Capistrano de. *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. (s/l) Sociedade Capistrano de Abreu/Livraria Briguiet, 1930.
- ⁵ ANDREONI, João Antônio (André João Antonil). *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. São Paulo: Ed. Nacional, s/d, p. 309.
- ⁶ VIANA, Urbino. *Bandeiras e Sertanistas Baianos*. S. Paulo: Ed. Nacional, 1935.
- ⁷ PALANCIN S.J., Pe. Luiz Gomes, OLIVEIRA, Pe. Francisco José de. *História da Diocese de Paulo Afonso*. Paulo Afonso: (s.n.) 1987.
- ⁸ LEITE, S.J. Pe. Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil; da Bahia ao Nordeste*. Rio de Janeiro/Lisboa: INL; Livraria Portugália, 1945, Tomo V p. 270-315.
- ⁹ REGNI, Pietro Vittorino. *Os Capuchinhos na Bahia. Os capuchinhos franceses (1642-1703)*. Salvador: Casa Paroquial dos Capuchinhos, 1988, v.1. p. 209-29.
- ¹⁰ BARBALHO, Nelson. *Cronologia Pernambucana*. Recife: FIAM, 1982, v. 5.
- ¹¹ COUTINHO, Loureto. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*. Recife: Fundação Cultural da Cidade do Recife, 1981. Existiram duas missões franciscanas tendo como orago N. Sra. do Pilar: uma dos caripó e outra dos cariri, mas nenhuma denominada Pontal. Esta última sempre foi dedicada a N. Sra. dos Remédios. Vide WILLEKE, *Missões Franciscanas no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- ¹² PERNAMBUCO, *Inventário do Patrimônio Cultural do Estado de Pernambuco. Sertão do São Francisco*. Recife: Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, 1978, p. 179-180.
- ¹³ WILLEKE, Frei Venâncio (O.F.M.). *Missões Franciscanas no Brasil*. (1500-1975). Petrópolis: Vozes, 1987, 2 ed. p.84.
- ¹⁴ PERNAMBUCO, Op. cit. p. 189-92, 215-6 Frei Venâncio Willeke, em *Missões Franciscanas no Brasil*, faz referência a uma missão com invocação de S. Miguel, em Una ou Iguna, que não sabemos se é a atual ilha de S. Miguel.
- ¹⁵ REGNI, op. cit. p. 223-4.
- ¹⁶ Id. *ibid.*, p. 216-20.
- ¹⁷ WILLEKE, op. cit., p. 82-99.
- ¹⁸ ARAÚJO, Nelson. *Reminiscências indígenas na Missão da Saí*. A Tarde Cultural, Salvador, 24 abr. 1993.
- ¹⁹ WILLEKE, op. cit. p.85.
- ²⁰ MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão Geográfica e Brasil Colonial*. 2 ed. S. Paulo: Nacional, 1935 (Série Brasileira, nº 45). p. 33.
- ²¹ CARDIN, Fernão, apud LEITE, Serafim, S. J. op. cit. p. 199-260.
- ²² CARVALHO, Terezinha C. P. de, "Transporte Ferroviário". *Atlas do Estado da Bahia*. Salvador: SEPLANTEC/Artes Gráficas, 1976.
- ²³ ANDREONI, João Antônio. op. cit., p.291.
- ²⁴ GARCEZ, Angelina, SENA, Consuelo Pondé de. *Juazeiro, Trajetória Histórica*. Juazeiro: Gráfica Gutemberg, 1992, p. 110-28.

- ²⁵ DOURADO, Walter. Pequena História da Navegação no Rio São Francisco. 3. ed. Juazeiro: (s.n.) 1973.
- ²⁶ GARCEZ, Angelina, SENA, Consuelo P. de. op. cit.
- ²⁷ LANG, Eul Soo. O Engenho Central de Bom Jardim na Economia baiana: alguns aspectos de sua história, 1875 – 91. Rio de Janeiro: IHGB, 1979, p. 32.
- ²⁸ GARCEZ, & SENA, op. Cit.
- ²⁹ SEGURA, Pe. Turíbio V. Bom Jesus, da Lapa; resenha histórica. Juiz de Fora: Lar Católico, s/d.
- ³⁰ Arquivo da Diocese de Salvador, “Livro de Registro de Correspondência, 16/02/1883”, apud GARCEZ, A & SENA, C. op. Cit., p. 220.
- ³¹ GARCEZ, A. & SENA, C. op. Cit., p. 220-225.
- ³² ARARIPE, Tristão de Alencar. Expedições Militares contra Canudos, p. 21.
- ³³ MUNIZ, Edmundo. A Guerra Social de Canudos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- ³⁴ VIANA, Francisco Vicente. Memória sobre o Estado da Bahia. Bahia: 1893, p. 450.
- ³⁵ CALMON, Pedro. História da Casa da Torre. Uma Dinastia de Pioneiros. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1983, p.129.
- ³⁶ Bahia. Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo. Sisal na Bahia. Salvador: 1991, mimeo.
- ³⁷ BRASIL, Congresso Nacional. Relatório da CPI das Cheias do São Francisco. Brasília, 1982. p. 30-1.
- ³⁸ Id. ibidem.
- ³⁹ Vide Volume IV do IPAC-Ba, Monumentos da Serra Geral e Chapada Diamantina. Salvador: Bahia, SIC, 1980.
- ⁴⁰ Vide Boletim da SPHAN/Pró Memória, nº34, jan./fev. de 1985.
- ⁴¹ Monte Santo foi tombado pelo IPHAN, em 1983, por solicitação do Arq. Paulo Ormino D. de Azevedo, que havia chamado a atenção para o monumento em comunicação apresentada ao 1º Congresso do Barroco, realizado em Ouro Preto, em 1981. Sua comunicação foi publicada sob o título “Um Sacro Monte no Sertão Baiano”, in Barroco (12), p. 161-72, Belo Horizonte, 1983.
- ⁴² BRASIL, IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE 1958, vol. XXI, p.107.
- ⁴³ Informação verbal de D. Maria Francisca, zeladora da igreja.
- ⁴⁴ BRASIL, IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro: 1958 v. 20, p. 238-9.
- ⁴⁵ Ressalve-se a realização do Relatório do Projeto Sobradinho de Salvamento Arqueológico. Bahia, CHESF, 1977, 76 p. Este trabalho, coordenado pelo Prof. Valentin Calderón de la Vara, foi realizado, com o apoio da CHESF, graças ao empenho da Associação de Arqueologia e Pré-História da Bahia.
- ⁴⁶ BRASIL, IBGE, op. cit. v. 21, p. 114-5
- ⁴⁷ Ide, Ibidem, v. 21, p. 150-1 e PEDREIRA, Pedro Tomás. Pequeno Dicionário dos Municípios Baianos. Salvador: Mil Cores Gráfica e Editora, (1981) p. 125.
- ⁴⁸ PEDREIRA, Pedro Tomás. op. cit. p. 143.
- ⁴⁹ BRASIL, IBGE, op. cit. v. 20, p. 146-7.
- ⁵⁰ REGNI, Pietro Vittorino, op. cit. v. 1, p. 209-29.
- ⁵¹ PEDREIRA, Pedro Tomás, op. cit. p. 130.